

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO

**QUALIDADE DE VIDA DE RESIDENTES DE IMÓVEIS FUNCIONAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

ISABELA DIAS FERREIRA

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**QUALIDADE DE VIDA DE RESIDENTES DE IMÓVEIS FUNCIONAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

ISABELA DIAS FERREIRA

Sob a Orientação do Professor
Tiago Badre Marino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração “Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia”.

Seropédica, RJ
Maio de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383q Ferreira, Isabela Dias, 1987-
Qualidade de vida de residentes de imóveis
funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro / Isabela Dias Ferreira. - Rio de Janeiro,
2025.
91 f.: il.

Orientador: Tiago Badre Marino.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2025.

1. Qualidade de Vida. 2. Imóveis Funcionais. 3.
WHOQOL-8. 4. UFRRJ. 5. Seropédica. I. Marino, Tiago
Badre, 1982-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Geografia III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Nº 29 / 2025 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.026787/2025-29

Seropédica-RJ, 27 de maio de 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ISABELA DIAS FERREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/05/2025.

TIAGO BADRE MARINO. Dr.
(Orientador , presidente da banca)

MARIA AUGUSTA SIQUEIRA MATHIAS. Dra.
(membro da banca)

ANTONIO CARLOS DE SOUZA ABOUD. Dr. IA/UFRRJ
(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 04/06/2025 06:51)
ANTONIO CARLOS DE SOUZA ABOUD
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DATS (11.39.00.35)
Matrícula: 1080064

(Assinado digitalmente em 27/05/2025 09:27)
TIAGO BADRE MARINO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordPesq (12.28.01.00.00.44)
Matrícula: 1739229

(Assinado digitalmente em 10/06/2025 14:15)
MARIA AUGUSTA SIQUEIRA MATHIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 301.135.888-52

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **29**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **27/05/2025** e o código de verificação: **d07fd4bb87**

AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação representa muito mais do que um marco acadêmico — é também o símbolo de uma jornada pessoal intensa, marcada por descobertas, desafios e profundas transformações.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, o professor Tiago Badre Marino, pela orientação generosa, pela escuta atenta e pelo apoio contínuo ao longo de toda a construção desta pesquisa. Sua sensibilidade, paciência e humanidade foram fundamentais, especialmente durante o período em que estive gestante e nos primeiros meses da maternidade. Sou profundamente grata por sua compreensão diante dos desafios que envolvem o materno e por respeitar, com tanta delicadeza, o meu tempo e as minhas possibilidades.

Ao meu marido, Vinícius, meu eterno companheiro, agradeço por estar sempre ao meu lado, me apoiando com amor, firmeza e palavras de encorajamento nos momentos de dúvida. Você foi e continua sendo meu porto seguro, e sua confiança em mim foi essencial para que eu também acreditasse no meu potencial.

Ao meu filho Caetano, agradeço por ser a minha maior fonte de força e perseverança. Sua existência me inspirou a seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis, e concluir o mestrado foi também uma forma de lhe dar um exemplo de coragem e superação.

Sou imensamente grata aos meus pais Joana e José Paulo e às minhas irmãs Juliana e Patrícia, que sempre acreditaram na minha competência e me incentivaram com amor e confiança. E às minhas amigas queridas Fernanda, Elizabeth e Ana Beatriz, que me impulsionaram a ingressar no mestrado e me inspiram diariamente a crescer como profissional e como mulher — obrigada por estarem comigo nessa trajetória.

A todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se concretizasse, deixo aqui o meu mais sincero agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

FERREIRA, Isabela. **Qualidade de Vida de residentes de Imóveis Funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2025. 100 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

A provisão habitacional na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro se vincula à época em que a Instituição foi construída e às particularidades da localidade onde esta foi inserida. Os Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), como são denominados esses imóveis destinados à moradia do servidor, conservam, ainda hoje, características que reforçam o caráter rural do local. A fim de compreender o papel que esses PNRs exercem na vida do servidor da Instituição, foi realizada uma pesquisa para identificar os fatores que influenciaram o servidor da UFRRJ a querer morar no imóvel funcional e analisar como ele percebe a qualidade de vida no local. 59 moradores de PNRs responderam ao questionário aplicado, que também avaliou a qualidade de vida do grupo utilizando o instrumento WHOQOL-8. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que 97,6% dos participantes elegeram a proximidade com o trabalho o fator mais relevante na decisão de morar no PNR. A tranquilidade do local também foi apontada como uma característica atrativa do local. 79,6% dos permissionários gostam do local onde moram e 72,9% julgam que houve uma melhora na sua qualidade de vida após vir morar no PNR, sendo as características que mais impactam positivamente na sua qualidade de vida, a tranquilidade do local e o contato com a natureza que ele possibilita. Nos aspectos negativos, a ausência de meios de transporte adequados tiveram a pior avaliação do grupo, com 50,9% de avaliações negativas. Já a característica que impacta mais negativamente a qualidade de vida do servidor no local é a qualidade na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água. Na avaliação da qualidade de vida, pelo WHOQOL-8, o grupo obteve 65,57 pontos, equivalente a uma qualidade de vida regular, no entanto, a auto-avaliação da qualidade de vida do grupo é considerada boa, com 75,42 pontos. Em relação à satisfação com o local onde mora, os moradores do bairro Ecologia se mostraram mais satisfeitos do que os moradores do bairro UFRRJ.

Palavras-chave: Qualidade de Vida, Imóveis Funcionais, WHOQOL-8

ABSTRACT

FERREIRA, Isabela. **Quality of Life of Residents of Functional Properties of the Federal Rural University of Rio de Janeiro**. 2025. 100 p. Dissertation (Master's in Geography). Instituto de Geociências. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Housing provision at the Federal Rural University of Rio de Janeiro is linked to the time when the institution was built and to the particularities of the locality in which it was located. The Próprios Nacionais Residenciais, as these buildings for civil servant housing are called, still retain characteristics that reinforce the rural character of the place. In order to understand the role that these PNRs play in the lives of the institution's civil servants, a survey was carried out to identify the factors that influenced UFRRJ civil servants to want to live in the functional building and to analyze how they perceive the quality of life there. 59 PNR residents answered the questionnaire, which also assessed the group's quality of life using the WHOQOL-8 instrument. The results showed that 97.6% of the participants chose proximity to work as the most important factor in their decision to live in PNR. The tranquillity of the place was also pointed out as an attractive feature of the location. 79.6% of permit holders like where they live and 72.9% feel that their quality of life has improved since moving to PNR, with the characteristics that have had the most positive impact on their quality of life being the tranquillity of the area and the contact with nature that it offers. In terms of negative aspects, the lack of adequate means of transportation had the worst evaluation of the group, with 50.9% of negative evaluations. The characteristic that has the most negative impact on the quality of life of civil servants on site is the quality of the electricity and water supply services. In the WHOQOL-8 quality of life assessment, the group scored 65.57 points, equivalent to a regular quality of life, however, the group's self-assessment of quality of life is considered good, with 75.42 points. In terms of satisfaction with where they live, the residents of the Ecologia neighborhood were more satisfied than the residents of the UFRRJ neighborhood.

Keywords: Quality of Life, Functional Real Estate, WHOQOL-8

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rua do bairro Ecologia. A maioria das ruas não são pavimentadas e possuem bastante vegetação no entorno. Os PNRs estão implantados em terrenos amplos e demarcado por cerca. Fonte:Arquivo pessoal.	2
Figura 2 - PNR localizado no bairro Ecologia. Alguns PNRs ainda preservam o estilo Neocolonial, o mesmo utilizado na construção do campus da UFRRJ em Seropédica. Fonte: Arquivo pessoal.....	3
Figura 3 - Mapa da cidade de Seropédica com as principais rodovias que cortam a cidade. Fonte: Portal O Globo.	7
Figura 4 - Mapa com os bairros da cidade de Seropédica. Fonte: Mapa criado por Guilherme Braga Alves. Extraído de Wikimedia, 2024.	8
Figura 5 - Imagem orbital das áreas onde estão localizados os PNRs dentro do campus da UFRRJ. Fonte: Google Maps. Marcações feitas pela autora.	11
Figura 6 - Localização do Bairro Ecologia. Fonte: Google Maps. Marcação feita pela autora.	12
Figura 7 - Rua localizada no bairro Ecologia. Grande parte das ruas do bairro não possui pavimentação. Fonte: Arquivo pessoal.	14
Figura 8 - Imóvel Funcional da UFRRJ localizado no bairro Ecologia. Fonte: Google Street View, 2011.....	14
Figura 9 - Localização das casas no Bairro Ecologia de acordo com o cargo do ocupante. As casas foram construídas integradas à vegetação respeitando o relevo do terreno. Fonte: Pazianelli (2021)...	15
Figura 10 - Atlético Clube Ecologia. Fundado em 1946, hoje encontra-se em estado de abandono. Fonte: Arquivo pessoal.....	16
Figura 11 - Tipologia da casa destinada a Professor Catedrático. Fonte: Pazianelli (2021).	16
Figura 12 - Tipologias das casas destinadas a Trabalhadores. Fonte: Pazianelli (2021).....	17
Figura 13 - Tipologias das casas destinadas a Funcionários. Fonte: Pazianelli (2021).....	17
Figura 14 - PNR Funcional localizado no bairro Ecologia destinado a cargos de Nível Superior. Fonte: Google Street View, 2011.	18
Figura 15 - PNR Funcional localizado no bairro Ecologia destinado a cargos de Nível Médio e Apoio (casas geminadas). Fonte: Google Street View, 2011.....	19
Figura 16 - PNR de Representação destinado à Reitoria que foi transformado no Museu Casa do Reitor em 2023. Fonte: Portal UFRRJ (2024).....	20
Figura 17 - PNR localizado no bairro Ecologia em que a realização de obras ocasionou a perda da identidade do projeto original. Fonte: Arquivo pessoal.	22
Figura 18 - Fluxograma das Etapas da Metodologia de Pesquisa. Fonte: Elaborado pela autora.	35
Figura 19 - Fatores que influenciaram na decisão por morar no PNR. Nuvem de palavras gerada a partir das respostas dadas pelos respondentes. Fonte: Elaborado no Wordclouds.	41
Figura 20 - Características que impactam positivamente na qualidade de vida. Nuvem de palavras gerada a partir das respostas dadas pelos respondentes. Fonte: Elaborada no Wordclouds.....	44
Figura 21 - Características que impactam negativamente na qualidade de vida. Nuvem de palavras gerada a partir das respostas dadas pelos respondentes. Fonte: Elaborada no Wordclouds.....	45
Figura 22 - Correlação entre: Qualidade de Vida X Satisfação com o local onde mora. Fonte: Elaborado pela autora.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos PNRs Funcionais.....	18
Quadro 2 - Questões que compõem o WHOQOL-8.	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de PNRs em 1961 (por localização e por Cargo/Função).	12
Tabela 2 - Perfil Socioeconômico dos respondentes.....	38
Tabela 3 - Características que proporcionam melhor qualidade de vida, quando presentes na localidade onde habita.	42
Tabela 4 - Estatística descritiva do resultado do WHOQOL-8 aplicado no grupo pesquisado.....	46
Tabela 5 - Relação entre: Auto-avaliação da Qualidade de Vida X Satisfação com o local onde mora.	48
Tabela 6 - Relação entre: Avaliação da Qualidade de Vida X Melhora na Qualidade de Vida nos últimos 5 anos.	48
Tabela 7 - Relação entre: O quanto gosta de onde mora X Satisfação com as condições do local onde mora.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos respondentes por Tipo de PNR/Bairro.....	40
Gráfico 2 - Características Melhores Avaliadas na localidade onde mora.....	42
Gráfico 3 - Características Piores Avaliadas na localidade onde mora.....	43
Gráfico 4 - Avaliação da Qualidade de Vida do grupo pelo WHOQOL-8.	47
Gráfico 5 - Avaliação da Qualidade de Vida por Bairro pelo WHOQOL-8.	51

LISTA DE ABREVIACÕES SIGLAS OU SÍMBOLOS

CD	Cargo de Direção
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
CONSU	Conselho Universitário
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
DPEA	Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias
DNPEA	Departamento Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUROHIS	Europe Health Interview Surveys
FAPERJ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
IBEU	Índice de Bem Estar Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Indicador de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
IPEACS	Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul
IQV	Índice de Qualidade de Vida
IRBEM	Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município
LABDOC	Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNR	Próprio Nacional Residencial
PNUD	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
SF-36	Medical Outcomes Study Questionnaire 36-Item Short Form Health Survey
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
WHOQOL	World Health Organization Quality of Life
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OBJETIVOS	4
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. IMÓVEIS FUNCIONAIS.....	4
2.1.1. Definição e Características	4
2.1.2. Os Próprios Nacionais Residenciais da UFRRJ	6
2.1.2.1. Localização: O Município de Seropédica/RJ.....	6
2.1.2.2. História e Características.....	10
2.1.2.3. Processos de Distribuição, Ocupação e Desocupação	20
2.1.2.4. Manutenção e Conservação.....	21
2.2. QUALIDADE DE VIDA.....	22
2.2.1. Definição	22
2.2.2. Qualidade de vida e Desenvolvimento Sustentável.....	24
2.2.3. Qualidade de Vida Urbana	26
2.2.4. A Habitação na Qualidade de Vida	27
2.2.5. Avaliação da Qualidade de Vida	30
2.2.5.1. Os Instrumentos WHOQOL	31
2.2.5.2. O WHOQOL-8	33
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	35
3.1. COLETA, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PERMISSIONÁRIOS DE PNRS DA UFRRJ	57
ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	76

1. INTRODUÇÃO

Durante o período de isolamento social, provocado pela pandemia da COVID-19, a habitação assumiu um papel central no nosso cotidiano: moradia, trabalho, estudo e lazer foram reunidos em um único lugar. O espaço doméstico deixou de ser o local de descanso e se tornou o local onde a vida acontecia. Com a aquisição desse novo status, passou-se a refletir o quanto o ambiente vivido traz de impacto na qualidade de vida do indivíduo e o quanto as características desse ambiente influenciam na percepção de bem-estar. O interesse em falar dos imóveis residenciais funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o impacto gerado na qualidade de vida do morador desse tipo de imóvel, surgiu nesse período.

A provisão habitacional na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro se vincula à época em que a Instituição foi construída e às particularidades da localidade onde esta foi inserida. As “casas da Rural”, como estes imóveis são conhecidos entre os servidores da UFRRJ, conservam, ainda hoje, características que datam da sua criação. Falar sobre os imóveis residenciais da UFRRJ é falar também sobre a própria Universidade, já que a história dessas casas se confunde com a história da Instituição. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi criada em 1943 pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº 6.155 de 30/12/1943¹. Junto com outros órgãos, a Instituição compunha o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), que “tinha por finalidade ministrar o ensino agrícola e veterinário e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agronômicas no país” (Decreto-Lei no. 6.155/43, art. 1º). Competia à Universidade Rural, como fora denominada pelo Decreto, além de ministrar o ensino agrícola e veterinário, reunindo em sua estrutura a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária, “promover e estimular o progresso do ensino da agronomia e da veterinária, em todos os seus graus” (Decreto-Lei no. 6.155/43, art. 3º, inciso I).

A Universidade, bem como outros órgãos que integravam o CNEPA, foram instalados às margens da Rodovia BR 465 (antiga estrada Rio-São Paulo, que faz a ligação entre os dois Estados), no distrito de Seropédica, pertencente à época ao município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. A região, rural e distante dos grandes centros urbanos, era de difícil acesso e carecia de infraestrutura local para receber os alunos e os funcionários que a instalação da CNEPA traria. Devido a essas dificuldades, no projeto original do campus da Universidade Rural, que foi a primeira universidade brasileira construída no formato de Cidade Universitária², havia a previsão de construção de alojamentos para os alunos e moradias para os funcionários. A provisão habitacional também tinha o intuito de fixar alunos e professores vindos de diferentes regiões do país.

Os Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), como são denominadas na UFRRJ essas habitações destinadas aos funcionários, possuem o mesmo estilo arquitetônico neocolonial utilizado na construção da Universidade Rural e são categorizados de acordo com o cargo ou função, ocupados no órgão, do morador ao qual se destinam, seguindo uma espécie de

¹ O Decreto-lei nº 6.155 de 30 de dezembro de 1943, dispunha sobre a reorganização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C.N.E.P.A.), do Ministério da Agricultura.

² Segundo Araújo (2011), apesar de existirem propostas anteriores de construção de cidades universitárias nos centros urbanos, como a da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo (USP), essas obras só tiveram início a partir de 1949. Sendo assim, a Universidade Rural, inaugurada em 1947, pode ser considerada a primeira universidade do país a ter seu espaço físico projetado na forma de Cidade Universitária.

hierarquia. Quanto maior fosse o cargo ocupado, melhor seria a localização da casa e as características arquitetônicas do ambiente construído.

Grande parte dessas casas conservam, ainda hoje, características que reforçam o caráter rural do local, uma vez que possuem bastante vegetação no entorno, e estão implantadas em terrenos de grandes dimensões, normalmente delimitados por cercas; as ruas que dão acesso a estes imóveis, em sua maioria, não são asfaltadas, conforme demonstrado na Figura 1. Além disso, as características da arquitetura destes imóveis e sua forma de organização na localidade onde foram inseridos, remetem ao conceito urbanístico muito utilizado na época em que foram construídos (Figura 2). Essas características nas residências da UFRRJ, destoam da atual identidade urbana do município de Seropédica e também da forma como se apresenta o cenário habitacional na atualidade, focado em empreendimentos imobiliários que, em sua maioria, se caracterizam por edifícios residenciais com espaços de convívio coletivos e que possuem, grande parte, unidades habitacionais com tamanhos bem reduzidos.



Figura 1 - Rua do bairro Ecologia. A maioria das ruas não são pavimentadas e possuem bastante vegetação no entorno. Os PNRs estão implantados em terrenos amplos e demarcado por cerca. Fonte:Arquivo pessoal.



Figura 2 - PNR localizado no bairro Ecologia. Alguns PNRs ainda preservam o estilo Neocolonial, o mesmo utilizado na construção do campus da UFRRJ em Seropédica.

Fonte: Arquivo pessoal.

Considerada um direito humano fundamental e um direito social no Brasil, a habitação, além de ser o abrigo físico do indivíduo, se relaciona com os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais da vida humana. Existem evidências de que a habitação também impacta, significativamente, na saúde dos indivíduos e das populações (OMS, 2010). O tipo de imóvel ocupado, o tamanho da área construída, a localização do imóvel, o acesso a elementos da natureza, a disponibilidade de bens e serviços próximos, o valor pago para se ter acesso a uma moradia e até mesmo a possibilidade de se ter um espaço onde seja possível exercer a sua individualidade, assumem um papel importante no processo de saúde/doença e na qualidade de vida do indivíduo, sendo também fatores que necessitam ser discutidos, a fim de promover *habitats* saudáveis.

Essa importância já é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde que, desde 1990, utiliza o termo "Saúde Ambiental"³ para indicar que as condições em torno do ser humano podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar (ELALI e ORNSTEIN, 2021). Sob esse aspecto, a habitação pode ser considerada um fator que impacta na qualidade de vida do indivíduo uma vez que a facilidade ou dificuldade de acesso a bens e serviços, bem como as oportunidades ou limitações que esse ambiente impõe, faz com que o indivíduo perceba sua vida como tendo maior ou menor qualidade.

Num recente estudo feito por Felipe et al.(2021), que pesquisou sobre o impacto da habitação na saúde do indivíduo durante o período de isolamento social promovido pela pandemia da COVID-19, chegou-se à conclusão que alguns fatores como tamanho do imóvel,

³ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), Saúde Ambiental são todos aqueles aspectos da saúde humana, incluindo a qualidade de vida, que estão determinados por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos no meio ambiente. Também se refere à teoria e prática de prevenir ou controlar tais fatores de risco que, potencialmente, possam prejudicar a saúde de gerações atuais e futuras (OMS, 1993).

controle de acesso à privacidade, acesso ao exterior e a elementos naturais (como Sol e natureza), bem como a quantidade e a qualidade de luz necessária à manutenção do funcionamento biológico do corpo humano, são elementos que promovem maior saúde e bem-estar. Outras pesquisas associam a casa térrea com quintal a aspectos positivos como conforto, sossego, segurança, convívio familiar e bem-estar, elementos estes que contribuem significativamente para a saúde psicológica e fisiológica dos indivíduos.

Nesse contexto, percebe-se que os PNRs da UFRRJ apresentam alguns desses elementos, considerando as características das edificações e do ambiente em que estão inseridos, o que poderia corroborar para um ambiente promotor da saúde. Além disso, por se situarem próximos ao local de trabalho, o tempo de deslocamento entre casa-trabalho é reduzido, desempenhando assim um papel crucial na promoção da qualidade de vida do trabalhador, uma vez que, com esse ganho de tempo, há mais tempo disponível para se dedicar a atividades físicas, lazer e convívio familiar, promovendo um estilo de vida mais saudável e equilibrado e refletindo em benefícios tanto para o indivíduo quanto para a Instituição.

1.1. Objetivos

Diante do exposto e buscando compreender o papel que esses imóveis residenciais funcionais exercem na vida do servidor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, esta pesquisa tem como objetivo: identificar os fatores que influenciaram o servidor da UFRRJ a optar por morar em um Próprio Nacional Residencial da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e analisar como ele percebe a qualidade de vida na localidade onde estes PNRs estão inseridos. A fim de atingir esse objetivo, esse estudo irá:

- Caracterizar os imóveis funcionais e contextualizar sua existência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- Compreender o conceito de Qualidade de Vida, seus indicadores e as formas de avaliá-la;
- Entender o papel da habitação na qualidade de vida do indivíduo;
- Avaliar a Qualidade de Vida dos permissionários de PNRs utilizando o instrumento WHOQOL-8.

Pretende-se, através dessa pesquisa e seus resultados, contribuir para o debate sobre o direito do indivíduo a uma moradia digna e segura e o quanto o espaço onde ela está inserida influencia na sua qualidade de vida.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Imóveis Funcionais

2.1.1. Definição e Características

Imóvel Funcional é definido no Portal da Transparência do Governo Federal⁴ como o imóvel residencial disponibilizado para uso de agentes políticos e servidores públicos

⁴ Disponível em <<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/imoveis-funcionais>>. Acesso em 25/04/2025.

federais. O termo, em geral, é utilizado para designar algum tipo de habitação disponibilizada pelo empregador, seja ele de natureza pública ou privada, para moradia do seu funcionário e se justifica, normalmente, para atender a uma conveniência ou necessidade do trabalho. Como exemplo podemos citar as residências inseridas em vilas militares e operárias bem como os apartamentos destinados à moradia do zelador em um prédio residencial comum (MUELLER, 2019).

Apesar dessa ser a terminologia utilizada na página oficial do Governo Federal, nos dispositivos legais brasileiros que abordam o assunto, os termos mais utilizados são: imóvel residencial da União, utilizado pelos Decreto-lei nº 391 de 30 de dezembro de 1967 e Decreto nº 980 de 11 de novembro de 1993 ou Próprio Nacional, usado no Decreto-lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946, ressaltando-se nesse caso que, Próprio Nacional é utilizado para designar todo bem imóvel pertencente à União, independente do uso residencial do mesmo.

O termo Próprio Nacional Residencial (PNR) é o utilizado pelas Forças Armadas Brasileiras para denominarem as moradias constantes em vilas militares.⁵ Da mesma forma, a UFRRJ também o utiliza para denominar as residências destinadas à moradia dos seus servidores, definindo⁶ PNR como a *“edificação de qualquer natureza construída, adquirida ou adaptada com recursos da União ou de terceiros, com o objetivo específico de servir de residência para servidores públicos federais do quadro permanente ativo lotados na UFRRJ, no regime de, no mínimo, 30 horas semanais”* (art. 5º da Deliberação nº49/CONSU/2019).

Independente da denominação utilizada para definir esse tipo de imóvel, na Administração Pública Federal a utilização do mesmo como residência do servidor está prevista em normativos que regulamentam a sua aplicabilidade e serventia. De acordo com o Decreto-lei nº 9.760 de 05/09/1946, a residência do servidor da União em um Próprio Nacional tem caráter obrigatório, quando for indispensável no serviço público por necessidade de vigilância e assistência constante, ou caráter voluntário, através de locação, que se dará com o pagamento de aluguel com valor fixado e mediante concorrência, que versará sobre as qualidades preferenciais dos candidatos, relativas ao número de dependentes, remuneração e tempo de serviço público. Em ambas as modalidades, não poderá o ocupante do imóvel, no todo ou em parte, cedê-lo, alugá-lo ou dar-lhe destino diferente do residencial (BRASIL, 1946).

A existência desse tipo de imóvel, no entanto, não é tão comum em Órgãos Públicos Federais. Saber quais disponibilizam esse tipo de moradia para seus servidores não é tarefa fácil. Desde o Decreto nº 980 de 11 de novembro de 1993⁷, a União deixou de ser a responsável pela gestão dos imóveis residenciais de propriedade de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas e outros poderes, ficando a administração destes a cargo do respectivo órgão ao qual o imóvel está vinculado. Desta forma, não há um repositório que reúna dados sobre quais os órgãos públicos federais que possuem imóveis funcionais residenciais para o usufruto do servidor. No Portal da Transparência do Governo Federal só é possível consultar dados sobre alguns imóveis

⁵ A Portaria nº 277 de 30 de abril de 2008, que aprova as Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (IG 50-01), define PNR como a edificação, de qualquer natureza, utilizada com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército. Esta mesma denominação pode ser aplicada tanto na Marinha quanto na Aeronáutica.

⁶ De acordo com o artigo 5º da Deliberação nº 49 de 29 de agosto de 2019, que estabelece as Normas que Regulamentam a Administração e Distribuição de Próprios Nacionais e Residenciais da UFRRJ.

⁷ Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.

residenciais de propriedade da União, no entanto esta consulta se restringe aos imóveis residenciais situados no Distrito Federal e administrados pelo Ministério do Planejamento; pelo Ministério das Relações Exteriores; pelo Ministério da Defesa; e pela Presidência da República

No que diz respeito às regras para utilização e administração dos imóveis residenciais da União, o Decreto nº 980 de 11 de novembro de 1993 é o normativo que disciplina sobre o seu uso, a quem estão destinados, os deveres do permissionário e como se extingue a permissão do uso. No entanto, conforme descrito acima, este Decreto retirou a responsabilidade da União sobre os imóveis residenciais da administração pública indireta, determinando que estes deverão ser administrados pelas entidades a que pertencem (BRASIL, 1993). Dessa forma, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por se tratar de uma autarquia, as regras quanto ao uso, destinação e administração dos seus Próprios Nacionais Residenciais estão previstas em Deliberação própria, como veremos mais à frente.

2.1.2. Os Próprios Nacionais Residenciais da UFRRJ

2.1.2.1. Localização: O Município de Seropédica/RJ

Os Próprios Nacionais Residenciais da UFRRJ estão localizados no município de Seropédica. A cidade integra, junto com outros 13 municípios, a Baixada Fluminense⁸ e compõe a borda oeste da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, possuindo 265,189 km² de extensão territorial⁹ e uma população estimada de 84.734 pessoas¹⁰, com densidade demográfica de 303,92 hab/km². A cidade possui 39.947 domicílios, com 29.321 domicílios ocupados. Localizada a 72 km de distância da capital do Estado, Seropédica faz divisa com as cidades do Rio de Janeiro, Japeri, Nova Iguaçu, Queimados e Paracambi (Figura 3).

⁸ A Baixada Fluminense é composta por 14 municípios, são eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

⁹ Fonte: IBGE de 2022

¹⁰ Estimativa em 2024 segundo dados do IBGE.



Figura 3 - Mapa da cidade de Seropédica com as principais rodovias que cortam a cidade. Fonte: Portal O Globo.

Enquanto município emancipado, Seropédica tem sua história recente, uma vez que até 1995¹¹, o distrito pertencia à cidade de Itaguaí. O município é constituído por um único Distrito, que está subdividido nos seguintes bairros: Boa Esperança, Cabral, Centro, Campo Lindo, Canto do Rio, Carretão, Chaperó, Ecologia, Fazenda Caxias, INCRA, Jardim Maracanã, Jardins, Nazareth, Parque Jacimar, Piranema, Santa Alice, Santa Sofia, São Miguel e UFRRJ, conforme disposto na Figura 4.

¹¹ A Lei Estadual nº. 2.446 de 12 de outubro de 1995 criou o município de Seropédica, o desmembrando do município de Itaguaí.



Figura 4 - Mapa com os bairros da cidade de Seropédica. Fonte: Mapa criado por Guilherme Braga Alves. Extraído de Wikimedia, 2024.

Segundo Vianna (2020), Seropédica até o final do século XIX tinha como principal característica econômica a atividade agrícola e agropecuária, com a criação de bicho-da-seda. O nome da cidade vem dessa relação que a região teve com a sericultura, que alcançou níveis industriais de produção até se findar, em 1862. Já no século XX, Seropédica passou a fazer parte do município de Itaguaí e se tornou um dos maiores produtores do país de laranja, quiabo, banana, milho e goiaba. Durante muitos anos as atividades econômicas foram voltadas para a agricultura familiar (VIANNA, 2020).

A chegada da Universidade Rural na década de 40, que compunha junto com outros órgãos o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA)¹², foi um dos fatores

¹² Vinculado ao Ministério da Agricultura, o CNEPA foi criado pelo Decreto-lei nº 982 de 23 de dezembro de 1938, tendo por finalidade ministrar o ensino agrícola e veterinário e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agronômicas no país. A estrutura do CNEPA foi reorganizada pelo Decreto-lei nº 6.155 de 30 de dezembro de

que contribuíram para a urbanização da cidade, motivando o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços na região. De acordo com Vianna (2020), a partir desse período foram assentadas mais de 400 famílias no município pelas políticas de assentamento de distribuição de terras. Araújo (2011), aponta que em 1940, de um total de 2.408 habitantes em Seropédica, apenas 57 moravam em área urbana, enquanto 2.351 pessoas habitavam na área rural do distrito. Segundo levantamento feito pela autora, essa predominância de habitantes na área rural se estendeu até a década de 1980, quando a quantidade de domicílios em situação urbana ultrapassou os situados na área rural. Em 2010¹³, aproximadamente 83% dos domicílios de Seropédica estavam localizados em área urbana.

Pelo que se conhece da história do então distrito de Seropédica, entre 1928, quando a estrada é inaugurada, em 1938, quando se iniciam as obras do então CNEPA, aumenta o movimento na região, sem, entretanto, aumentar o desenvolvimento. Somente em 1948, quando finalmente o CNEPA é transferido para as margens da antiga rodovia Rio-São Paulo, hoje BR-465, tem início o desenvolvimento urbano de Seropédica (ARAÚJO, 2011, p.141).

Outro ponto que contribuiu para o desenvolvimento urbano foi a integração da cidade à Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1975, quando Seropédica ainda fazia parte do município de Itaguaí. A cidade por já ter características de cidade dormitório, devido ao movimento de alunos da Universidade que se instalam na cidade nos períodos letivos, já possuía uma estrutura para abrigar trabalhadores e operários da região portuária de Itaguaí. (VIANNA, VILLELA e VIDAL, 2015).

Sob o ponto de vista logístico, a região ocupa uma área estratégica, sendo via de acesso à Rodovia Presidente Dutra (BR-116), uma das principais rotas para São Paulo, o Arco Metropolitano também corta o região, ligando Seropédica a outros municípios como Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Japeri e Itaguaí, além da BR-465 (antiga Estrada Rio-São Paulo), que faz a ligação do município à cidade do Rio de Janeiro. Seropédica também está próxima à zona portuária de Itaguaí. Essa posição geográfica tem atraído empreendimentos industriais, logísticos e comerciais para a localidade e colaborado com a mudança das configurações rural-urbanas do município.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Seropédica em 2021 foi de aproximadamente R\$4,78 bilhões. Esse valor representa um crescimento significativo de 103% em relação ao ano anterior. No ano de 2020, os setores com o maior PIB foram: 61.4% em Serviços, 22.1% em Indústria, e 16% em Administração. A presença da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) também exerce influência significativa na economia local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de Seropédica, uma vez que a comunidade acadêmica, composta por estudantes, professores e funcionários, consome produtos e serviços no município, impulsionando setores como alimentação, habitação, transporte e comércio em geral.

Apesar de possuir importantes rodovias cortando seu território, Seropédica apresenta problemas de mobilidade urbana. Fava (2023) aponta que o processo de urbanização da cidade não previu a integração com municípios vizinhos nem o adensamento da cidade, de modo a atender às suas principais funções: moradia, trabalho, lazer e serviços; possuindo um

1943, composta pelos seguintes órgãos: Universidade Rural, o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, o Serviço Médico, a Superintendência de Edifícios e Parques, o Serviço de Administração e a Biblioteca.

¹³ Fonte: IBGE, Censo de 2010

modelo de ordenamento territorial disperso, desordenado e desconectado. A ocupação desordenada do solo cria e intensifica a segregação espacial, desfavorecendo a população de renda mais baixa e promovendo o isolamento social e a dificuldade de acesso à cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM¹⁴ de Seropédica é de 0.722, situada na faixa de desenvolvimento humano alto, a cidade está classificada na 41ª colocação entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Ainda que o IDH seja um indicador social utilizado mundialmente para avaliar a qualidade de vida de uma população, outros indicadores, que possuem o mesmo propósito mas analisam outros aspectos ligados ao bem-estar do indivíduo, não refletem essa mesma classificação. Segundo o Índice de Bem-Estar Urbano - IBEU¹⁵ (2016), Seropédica possui um dos piores índices de Bem-Estar Urbano entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, ocupando a 85ª colocação do Estado, tendo a Infraestrutura Urbana¹⁶ o pior desempenho entre as dimensões avaliadas.

A cidade também possui desafios a serem superados no que diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável. De acordo com IDSC-BR¹⁷, que avalia o desempenho das cidades brasileiras nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁸ propostos pela Agenda 2030 de ONU, Seropédica foi avaliada com Nível de Desenvolvimento Sustentável “Baixo”, possuindo como aspectos mais críticos, os que dizem respeito a: Igualdade de Gênero (ODS 5); Investimentos em infraestrutura e em inovação (ODS 9); e Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12). A implementação eficaz desses objetivos requer a colaboração entre governos, sociedade civil e setor privado a fim de promover um crescimento econômico que não comprometa os recursos naturais e assegure justiça social, resultando em uma melhoria significativa na qualidade de vida global.

2.1.2.2. História e Características

A previsão habitacional nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro está vinculada à história da Instituição. Criada em 1943, através do Decreto-lei nº 6.155 de 30/12/1943, a Universidade Rural¹⁹ (U.R.), como foi denominada no decreto, compunha o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C.N.E.P.A.) do Ministério

¹⁴ Conforme Estudo Socioeconômico realizado pelo TCE-RJ de 2021, o IDHM é calculado pelo Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro,

¹⁵ O Instituto Nacional de Tecnologia, através do Observatório das Metrópoles, criou o Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros - o IBEU-Municipal, que avalia, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE, o bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros, a partir das condições de vida coletiva promovida pelo ambiente construído das cidades que vão desde a habitação até os serviços e equipamentos urbanos. O índice é composto por cinco dimensões: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana, que refletem as condições urbanas das cidades analisadas.

¹⁶ A dimensão de infraestrutura urbana é compreendida por sete indicadores: Iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros (IBEU, 2016).

¹⁷ O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) é uma ferramenta que visa estimular o cumprimento da Agenda 2030 que avalia o desempenho das cidades brasileiras segundo os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tendo como base os dados mais atualizados disponíveis em fontes públicas e oficiais do Brasil. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3305554/>> Acesso em 03/03/2025.

¹⁸ Os ODS são um chamado mundial à ação para erradicar a pobreza, salvaguardar o meio ambiente e o clima, assegurando que todos possam usufruir de paz e prosperidade. Mais informações: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em 03/03/2025.

¹⁹ A atual denominação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, se deu somente em 1967 com o Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967.

da Agricultura e tinha por finalidade ministrar o ensino superior da agronomia e da veterinária (BRASIL, 1943). A construção do *campus* foi finalizada em 1948, quando houve a instalação da Universidade no distrito de Seropédica, pertencente à época à cidade de Itaguaí.

A região, que tinha como principal característica econômica a atividade agrícola e agropecuária (VIANNA, 2020), era considerada uma “zona rural” do Estado do Rio de Janeiro, de difícil acesso e com localização distante de grandes centros urbanos. Diante desse cenário, o projeto original do campus universitário previu a construção de alojamentos para os alunos e de residências para os professores e funcionários (LIMA CARLOS et al., 2018).

No tocante à moradia, foi possível observar um significativo acervo que traduz uma grande preocupação dos idealizadores do projeto original do campus em fixar professores, alunos e funcionários no campus, com o máximo de conforto e segurança, considerando-se os respectivos níveis hierárquicos em face da considerável distância do local à cidade do Rio de Janeiro (LIMA CARLOS, et al. 2018, p.60).

Essas residências eram divididas em categorias específicas, de acordo com o cargo ocupado pelo morador, podendo ser: Especiais, Catedrático²⁰, Funcionário e Trabalhador, e se situavam ou agrupadas em núcleos próximos aos Institutos/Setores (Figura 5), respeitando a hierarquia funcional das categorias, ou no conjunto residencial localizado no Bairro Ecologia (Figura 6) (PAZIANELLI, 2021).

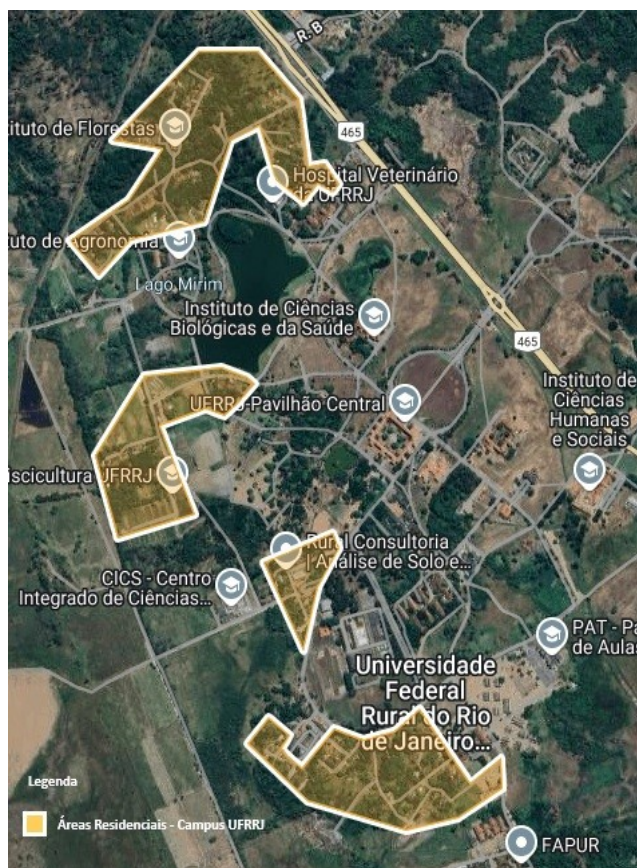


Figura 5 - Imagem orbital das áreas onde estão localizados os PNRs dentro do campus da UFRRJ. Fonte: Google Maps. Marcações feitas pela autora.

²⁰ Refere-se ao professor que possui o mais alto título e grau acadêmico alcançável dentro da Universidade. A denominação utilizada hoje é Professor Titular.



Figura 6 - Localização do Bairro Ecologia. Fonte: Google Maps. Marcação feita pela autora.

De acordo com a análise feita pela autora no Relatório da Superintendência de Edifícios e Parques, elaborado em 1961, constante no acervo do LabDoc²¹, foram catalogadas 575 residências divididas por área de localização e pela função ocupada pelo residente ao qual se destinavam, localizando-se grande parte delas no Bairro Ecologia, conforme demonstrado na Tabela 1

Tabela 1 - Quantitativo de PNRs em 1961 (por localização e por Cargo/Função).

CARGO/FUNÇÃO	CAMPUS	ECOLOGIA	FAZENDA SANTA HELENA	TOTAL POR CARGO
Reitor	1			1
Diretor	15			15
Catedrático		22		22
Funcionário	38	104		142
Trabalhador	177	205	11	393
Hóspede	2			2
TOTAL POR LOCALIZAÇÃO	233	331	11	575

Fonte: Adaptado de Pazianelli (2021)

²¹ O Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos (LabDoc) foi criado a partir de um projeto de preservação e digitalização do acervo das plantas originais da construção do Campus Seropédica da UFRRJ com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), estando ligado ao Centro de Memória da UFRRJ, responsável pela guarda do acervo desses projetos arquitetônicos.

Cabe destacar que esses imóveis residenciais atendiam não somente os funcionários da Universidade Rural, mas também serviam de residência para os funcionários e trabalhadores dos órgãos que compunham o CNEPA. Em 1960, com o Decreto nº 48.644, a Universidade Rural deixa de fazer parte do CNEPA e vários órgãos que o integravam passam para a responsabilidade da Universidade Rural do Rio de Janeiro, como passou a ser denominada a partir do referido decreto, juntamente com os imóveis residenciais que eram destinados aos respectivos órgãos²². É possível que as 575 casas relacionadas no Relatório de 1961, sejam as que estavam sob a responsabilidade da Universidade Rural.

Em 1962, a CNEPA é extinta pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, e os órgãos de pesquisa que estavam vinculados à ela, instalados no lado direito da BR-465 (localizados dentro do bairro Ecologia), que não ficaram subordinados à Universidade, passaram a fazer parte do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul (IPEACS), vinculado ao Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DPEA)²³, que em 1971 se transformou em Departamento Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DNPEA). O DNPEA foi extinto pela Lei nº 5.851 de 7 de dezembro de 1972, quando foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), incorporando também os seus bens imóveis. Assim sendo, atualmente, além dos PNRs destinados aos servidores da UFRRJ, no bairro Ecologia há também casas destinadas aos trabalhadores da Embrapa Agrobiologia e da Pesagro-Rio²⁴, órgãos que possuem unidades instaladas no bairro e que gerenciam os imóveis que estão sob suas responsabilidades.

Além da Embrapa Agrobiologia e da Pesagro-Rio, estão localizados no bairro Ecologia o Prédio da Sanidade Animal vinculado ao Instituto de Veterinária (PSA/UFRRJ), a Fazenda Agroecológica (Fazendinha) e o Alojamento da Pós-Graduação da UFRRJ. As casas existentes no bairro são todas Próprios Nacionais Residenciais. O bairro possui somente dois acessos para entrada de veículos, sendo um dos acessos controlado por uma cancela, que fica sob a responsabilidade da Embrapa e é fechada nos dias e horários em que a empresa não funciona. A maioria das ruas do bairro não possui asfaltamento (Figura 7). As casas estão implantadas em grandes terrenos que, normalmente, são delimitados por cercas e possuem bastante vegetação no entorno, conforme demonstrado na Figura 8. O bairro também não possui nenhum tipo de comércio.

²² Art. 8º - Passam, igualmente, à responsabilidade da Universidade Rural, à esta integrando-se, os edifícios de qualquer natureza, inclusive casas residenciais atribuídos aos órgãos enumerados no presente decreto (BRASIL, 1960).

²³ Com o Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, o DPEA, passou a chamar-se Escritório de Pesquisa e Experimentação (EPE). O EPE foi transformado em Departamento Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DNPEA) em 1971, pelo Decreto nº 68.593.

²⁴ A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO - Rio é uma empresa pública, vinculada à Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior e integrante do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária coordenado pela Embrapa.



Figura 7 - Rua localizada no bairro Ecologia. Grande parte das ruas do bairro não possui pavimentação. Fonte: Arquivo pessoal.

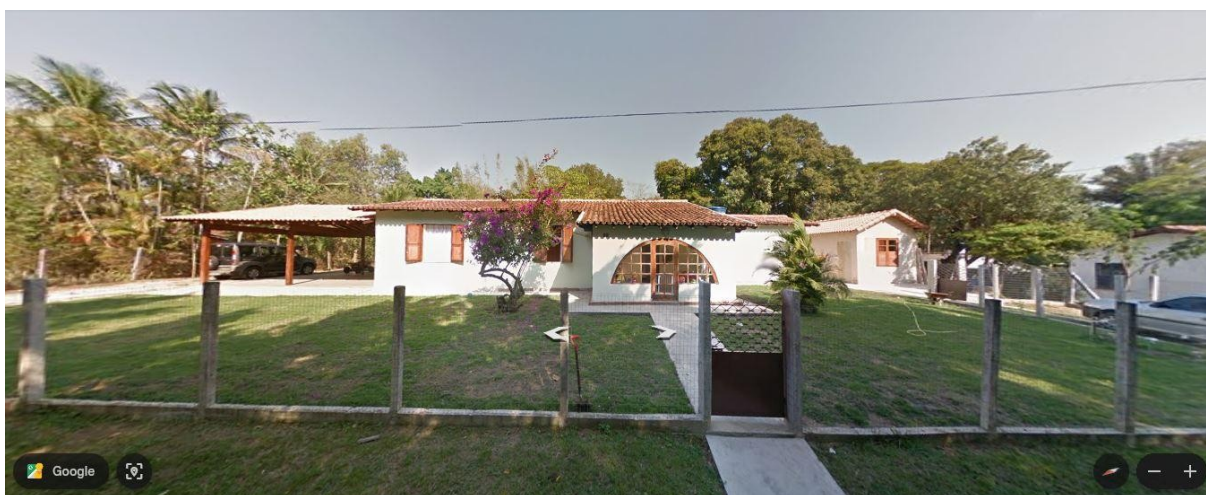


Figura 8 - Imóvel Funcional da UFRRJ localizado no bairro Ecologia. Fonte: Google Street View, 2011.

No que diz respeito à disposição das casas pelo bairro Ecologia, onde estão localizadas a maioria das casas da UFRRJ, pode-se observar características que se assemelham às utilizadas no conceito urbanístico de cidade-jardim, descrito por Correia (2014). Segundo o autor, o conceito foi bastante usado no Brasil na primeira metade do século XX na construção de núcleos residenciais fabris, se caracterizando por edificações construídas integradas à natureza, respeitando o relevo do terreno (Figura 9), com unidades habitacionais possuindo uma estética pitoresca, além disso contavam com a presença de equipamentos de uso coletivo como Igreja, Clube Social e Escola.

Tais características parecem ter sido influenciadas pelo conceito da cidade-jardim de Ebenezer Howard (1996) e podem ter tido relação com a proposta apresentada pelo arquiteto Ângelo Murgel para o Concurso do Bairro Monlevade/ MG em 1934. Correia (2014) analisa as três propostas apresentadas para este concurso e as relaciona com os ideários de urbanismo da época. Da análise do autor, pode-se elencar algumas características semelhantes com a solução executada no Bairro da Ecologia como a adequação do traçado do sistema viário às condicionantes do terreno, o prevaecimento das curvas em relação à rua reta e a intenção de integrar o bairro à natureza. (PAZIANELLI, 2021, p.4 apud CORREIA, 2014, p.115)

Esses equipamentos também estão presentes no bairro Ecologia, alguns deles ainda em funcionamento, como a Paróquia Nossa Senhora das Graças e o Clube Social do 47, outros encontram-se em estado de abandono, como o Colégio Ministro Fernando Costa que está sem uso há alguns anos. O Atlético Clube Ecologia que, apesar de ainda funcionar, apresenta estado de conservação comprometido (Figura 10).

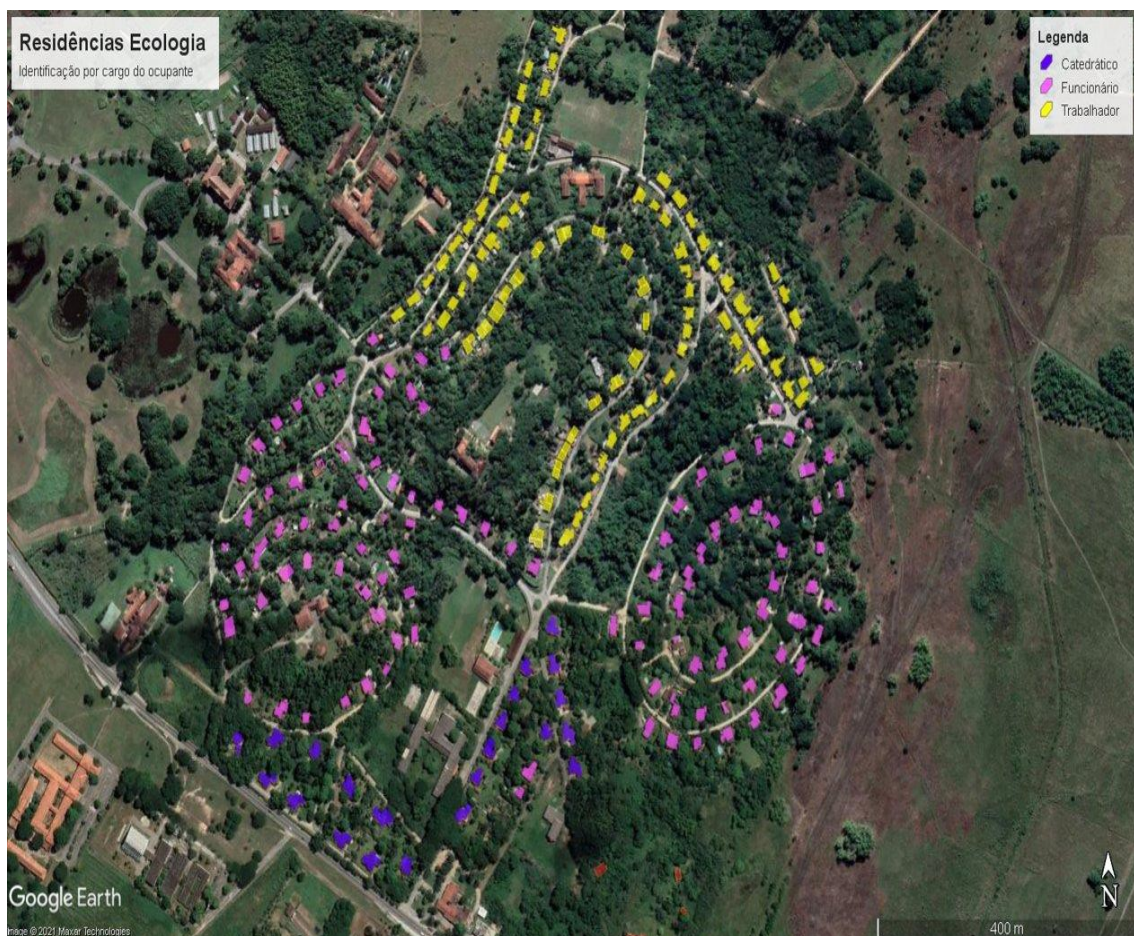


Figura 9 - Localização das casas no Bairro Ecologia de acordo com o cargo do ocupante. As casas foram construídas integradas à vegetação respeitando o relevo do terreno.

Fonte: Pazianelli (2021).



Figura 10 - Atlético Clube Ecologia. Fundado em 1946, hoje encontra-se em estado de abandono. Fonte: Arquivo pessoal.

De acordo com pesquisa realizada por Pazianelli (2021), nas residências existentes no bairro Ecologia, para cada uma das funções desempenhadas na Instituição, eram apresentadas diferentes tipologias de construções, divididas em grupos. No grupo Catedrático, foi identificado somente um tipo de construção (C01) (Figura 11). No grupo Trabalhadores, dois tipos (T01, T02) (Figura 12), enquanto no grupo Funcionários tinham quatro tipos (F01, F02, F03, F04) (Figura 13). O tamanho da área total construída, bem como o número de quartos, diferem entre os diferentes grupos, além disso, as casas do tipo T01 e T02, são geminadas.



Figura 11 - Tipologia da casa destinada a Professor Catedrático. Fonte: Pazianelli (2021).



Figura 12 - Tipologias das casas destinadas a Trabalhadores. Fonte: Pazianelli (2021).



Figura 13 - Tipologias das casas destinadas a Funcionários. Fonte: Pazianelli (2021).

Para Lima Carlos, et al. (2020), essas construções refletem uma clara hierarquia, expressa pelos diferentes tamanhos de seus espaços e suas posições mais próximas ou distantes do Pavilhão Central do campus e da Rodovia. Distingue-se também a arquitetura da residência, demonstrando assim que quanto maior o status da função ou cargo desempenhado na Universidade, mais refinada é a estrutura arquitetônica e mais privilegiada é a localização da sua moradia. Esse tipo de divisão hierarquizada é a mesma observada em vilas militares, conforme descreve Bonates (2016):

A hierarquia também se refletia na arquitetura e, por consequência, na diversidade estética das edificações nas vilas militares. [...] Essas estratégias podem ser resumidas em: Diferentes implantações dos tipos no lote; Diferentes tipos arquitetônicos entre patentes e entre tipos do mesmo rank; Diferentes projetos em função da orientação solar; Diferentes fachadas para um mesmo tipo; Diferentes formas de agrupamento. (BONATES, 2016, pg. 239)

Ainda hoje, a distinção na destinação das residências, relacionando o tipo de casa com o cargo ocupado pelo seu morador, se mantém. No entanto, as casas não são mais divididas por cargo e sim pelo nível de classificação do cargo²⁵. De acordo com o mais recente normativo que disciplina sobre o tema na UFRRJ, a Deliberação nº 49 de 29 de agosto de 2019, que estabelece as Normas que Regulamentam a Administração e Distribuição de Próprios Nacionais e Residenciais da UFRRJ, os PNRs estão classificados em: PNRs

²⁵ A divisão do nível de classificação dos cargos Técnicos-Administrativos, se baseia na classificação dos cargos/nível de escolaridade definida no Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE) instituído pela Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005.

Funcionais, destinados aos servidores docentes e técnicos administrativos, PNRs Oficiais, destinados a titulares de Cargos de Direção (CD2 a CD4) e PNRs de Representação, destinados para Reitoria e Vice-Reitoria.

No que diz respeito aos PNRs Funcionais, estes são divididos pelos tipos B,C,D e E. A divisão também leva em consideração a área construída. Quanto ao valor descontado mensalmente, referente à taxa de ocupação, este varia de acordo com o tipo de imóvel ocupado e é calculado sobre o vencimento básico do servidor. Conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação dos PNRs Funcionais.

PNRs FUNCIONAIS			
Tipo	Área Construída (original)	Desconto Mensal (% sobre VB)	Nível de Classificação do Cargo
B	Maior que 170 m ²	7%	E
C	Entre 130 m ² e 169 m ²	6%	E
D	Entre 71 m ² e 129 m ²	5%	A,B,C,D
E	Menor que 71 m ² ou geminados	4% (Médio) 3% (Apoio)	A,B,C,D

Fonte: Adaptado do Portal UFRRJ²⁶ (2024).

As residências classificadas nos tipos "B" e "C" são destinadas a docentes e servidores do grupo Nível Superior (Figura 14), as do tipo "D" aos servidores dos grupos Nível Superior e Nível Médio e as do tipo "E" aos servidores dos grupos Nível Médio e Nível de Apoio (Figura 15).



Figura 14 - PNR Funcional localizado no bairro Ecologia destinado a cargos de Nível Superior. Fonte: Google Street View, 2011.

²⁶ Disponível em: <<https://servicos.ufrrj.br/pnr/tipos-de-pnr/>> Acesso em: 13/04/2024

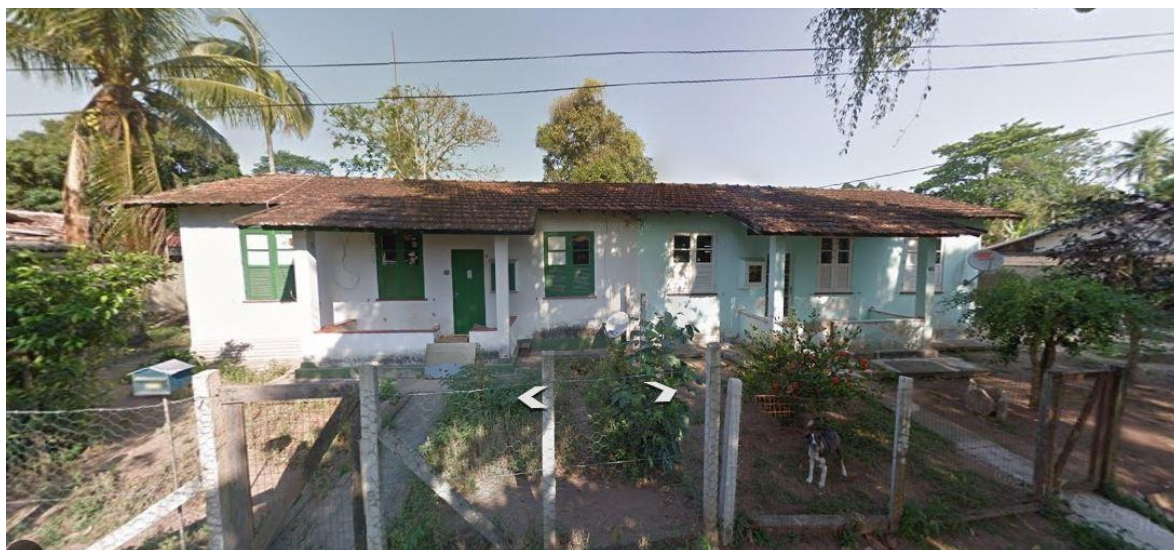


Figura 15 - PNR Funcional localizado no bairro Ecologia destinado a cargos de Nível Médio e Apoio (casas geminadas). Fonte: Google Street View, 2011.

Em relação aos PNRs Oficiais, destinados a cargos de direção CD2 a CD4, estes são classificados como do tipo “A”. A classificação dessas residências é estipulada por meio de Portaria do Reitor, compreendendo no máximo 15 residências que, não sendo ocupadas, são reclassificadas e distribuídas como funcionais. Quanto ao PNR de Representação destinado à moradia do Reitor, segundo o Portal da UFRRJ, a “Casa do Reitor”, como era conhecida, não era utilizada como moradia do cargo máximo da Universidade desde 2013 e vinha sofrendo danos na sua estrutura e patrimônio desde então.

Em 2018, após entendimento de que o imóvel não serviria mais como moradia, o espaço foi restaurado e transformado em Museu Casa do Reitor (Figura 14). Inaugurado no ano de 2023, o espaço abriga hoje o Centro de Memória da UFRRJ. Cabe ressaltar que outros PNRs dentro do campus também já tiveram sua destinação para fins residenciais alterada. Essa alteração na destinação de PNRs tem previsão na Deliberação nº 49/CONSU/2019 (art. 34)²⁷ e pode ser feita somente nos imóveis residenciais localizados dentro do campus, a critério do Conselho Universitário, a fim de servir como instalação para unidades acadêmicas ou administrativas.

²⁷ Art. 34 - A critério do Conselho Universitário poderão ser transformados os PNRs situados no Campus em instalações que venham a servir às unidades acadêmicas e/ou administrativas, para o desenvolvimento de atividades-meio ou atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão).



Figura 16 - PNR de Representação destinado à Reitoria que foi transformado no Museu Casa do Reitor em 2023. Fonte: Portal UFRRJ (2024).

De acordo com o último Relatório Anual de Gestão (UFRRJ, 2023), referente ao ano de 2023, disponibilizado no Portal da UFRRJ²⁸, consta que a Universidade tem sob sua responsabilidade um total de 366 Próprios Nacionais Residenciais, um quantitativo significativamente inferior ao apontado nos Relatórios Anuais de Gestão de anos anteriores. Até 2021, eram informados 661 PNRs administrados pela Universidade. Não há informações no referido relatório do porquê da redução ou se houve transformação de imóveis funcionais residenciais em unidades administrativas.

2.1.2.3. Processos de Distribuição, Ocupação e Desocupação

A distribuição dos imóveis funcionais da UFRRJ se dá de maneira distinta entre PNR Oficial e PNR Funcional. Os PNRs Oficiais, por já terem destinação específica, a efetivação da distribuição entre os detentores de cargos de direção se dá por meio de Portaria do Reitor da Universidade. Já os PNRs Funcionais, que possuem diferentes tipos e classificações, obedecem alguns critérios de distribuição. Segundo a Deliberação nº 49/CONSU/2019, são considerados para a distribuição destas residências a ordem de solicitação do servidor e o tempo de serviço no quadro permanente da UFRRJ, em regime de, no mínimo, 30 horas semanais, sendo atribuída uma pontuação específica para cada um desses critérios.

A disponibilização de PNRs é feita mediante a publicação de Edital, divulgado no Quiosque Residência²⁹. Os interessados nos PNRs disponíveis, devem manifestar interesse no imóvel pretendido em formulário próprio para esse fim e comparecer à visita do imóvel

²⁸ Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>> Acesso em 01/07/2024.

²⁹ As principais informações referentes à forma de distribuição dos PNRs, listas de classificação, edital de distribuição, relação de imóveis distribuídos e acesso aos normativos pertinentes ao tema, estão detalhadas no Quiosque Residência, acessado pelo site oficial da UFRRJ. O acesso ao Quiosque é restrito aos usuários da UFRRJ, sendo necessário login e senha cadastrados institucionalmente.

em dia e hora especificados no edital de distribuição. Somente poderão participar da distribuição os servidores que constam na listagem de habilitados e que tenham manifestado interesse no imóvel.

Para ingressar na listagem de habilitados o servidor deve formalizar, através de processo administrativo próprio para esse fim, o interesse em habitar um PNR da Instituição. Essa listagem é dividida de acordo com o nível de classificação de cargo (A, B, C, D ou E)³⁰ e a pontuação atribuída a cada servidor é o resultado da soma entre o Tempo de Processo com Tempo de Admissão na UFRRJ. Os servidores são classificados pela pontuação obtida, sendo o melhor classificado aquele que obtiver a maior pontuação. O servidor com maior pontuação na listagem classificatória, que cumpriu todos os requisitos exigidos para participar do processo de distribuição, terá preferência na manifestação de interesse.

A ocupação do PNR será efetivada pelo Pró-Reitor de Gestão de Pessoas após assinatura do Termo de Ocupação e Permissão de Uso do PNR e será precedida de vistoria em que se ateste o estado de conservação do mesmo. Conforme estabelecido da Deliberação nº 49/CONSU/2019, no termo de ocupação conterà além das normas de uso a serem seguidas pelo permissionário, a concordância com o pagamento da taxa de ocupação e consumo, que será descontada na folha de pagamento do servidor, e com o compromisso de desocupação do imóvel nos casos e prazos estabelecidos pela Deliberação.

A desocupação do PNR se dará com a entrega das chaves e a assinatura do Termo de Desocupação elaborado pela Coordenação de Distribuição de Próprio Nacional Residencial. Os imóveis desocupados serão previamente vistoriados a fim de se atestar as condições em que foram devolvidos. A desocupação pode se dar de forma automática, como nos casos de aposentadoria e falecimento do servidor ou ainda mediante notificação, segundo motivos e dentro dos prazos estabelecidos na Deliberação. A não obediência aos prazos estipulados, incorrerá na aplicação de uma multa equivalente ao valor descontado da taxa de ocupação.

2.1.2.4. Manutenção e Conservação

A Deliberação nº 49/CONSU/2019 também disciplina sobre os meios de preservação destes imóveis, entendendo como preservação a manutenção, a conservação e o reparo das unidades habitacionais. Segundo o normativo, qualquer alteração no projeto original ou modificação que comprometa a estrutura e arborização do local, devem ser previamente autorizadas, respondendo o permissionário pelas despesas delas decorrentes.

Apesar da previsão constante na Deliberação, de acordo com Lima Carlos et al. (2018) a ausência de um plano de conservação preventiva destes PNRs, pode resultar num comprometimento da estrutura das edificações. Outro problema observado pelo autor é a alteração de alguns elementos “originalmente projetados” e a realização de obras de ampliação das unidades, feitas pelos seus moradores, sem a devida fiscalização por parte do Órgão, o que conseqüentemente resulta na perda da identidade do conjunto arquitetônico que compõe o campus da UFRRJ, conforme observado na Figura 17.

³⁰ No Quiosque Residência há a relação de servidores habilitados a participar da distribuição de imóveis. Conforme a última atualização da listagem, ocorrida em 2022, há 419 habilitados pertencentes a cargos de Nível de Classificação E e 232 habilitados pertencentes a cargos de Nível de Classificação A, B, C e D.



Figura 17 - PNR localizado no bairro Ecologia em que a realização de obras ocasionou a perda da identidade do projeto original. Fonte: Arquivo pessoal.

Ademais, essas residências possuem valor social e histórico que possibilitam “a reconstituição das características do morar, no período 1930-1940, numa região rural, induzindo a reflexões e comparações com as condições atuais” (LIMA CARLOS et al., 2018, p.65). Nesse sentido, destacam-se algumas características observadas nos Próprios Nacionais Residenciais da UFRRJ que não são tão comuns nos empreendimentos imobiliários da atualidade, como o tamanho amplo do imóvel, que conta com uma extensa área individual externa e a vegetação no entorno da habitação, que possibilita ao morador um contato com elementos naturais no seu cotidiano, características estas que são supervalorizadas pois são consideradas promotoras da saúde e bem-estar do indivíduo (FELIPPE et al., 2021). Tudo isso demonstra a importância de um bom gerenciamento destes imóveis funcionais, tanto pelo valor histórico que eles possuem quanto pelo ganho que eles podem promover na qualidade de vida dos servidores da UFRRJ, permissionários destas residências.

2.2. Qualidade de Vida

2.2.1. Definição

Quando se fala em qualidade de vida, logo nos vem à mente saúde e bem-estar. Algumas vezes utilizadas como sinônimos, saúde e qualidade de vida apresentam conceitos que diferem entre si, mas que também se relacionam (PEREIRA et al., 2012). Segundo a definição de saúde, dada em 1946 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), mais do que ausência de doença ou enfermidade, saúde é “*um completo estado de bem-estar físico, social e mental*”. A adoção do termo “bem-estar” para definir saúde, fez com a ideia de qualidade de vida estivesse vinculada à saúde, no entanto, o “bem-estar”, apesar de ser um aspecto importante da qualidade de vida, não deve ser o único a ser considerado (POWER, 2003).

A noção que se tem de qualidade de vida é subjetiva e essencialmente humana, não possuindo um significado específico, mas englobando vários aspectos da vida relacionados ao bem-estar que as pessoas e as comunidades experimentam em suas vidas familiares,

amorosas, sociais e ambientais (MINAYO, 2013). Segundo Herculano (2000), conceituar qualidade de vida pode ser visto até como desnecessário diante da sua previsibilidade, uma vez que é algo que não se pode definir, mas que todos podem dizer o que é, sendo possivelmente essa a razão pela qual os estudos que tratam da temática, se concentram principalmente na sua mensuração.

O conceito também pode mudar em função da época, da cultura e até entre indivíduos que pertencem à mesma sociedade. Nesse sentido, Minayo et al. (2000) sugerem que pode-se definir a qualidade de vida pela distância entre as expectativas e a realidade do indivíduo e quanto menor for a distância entre esses dois parâmetros, melhor ela será. Para os autores, essa expectativa individual se baseia em três aspectos norteadores: o aspecto histórico, no qual se leva em consideração a época em que se vive, uma vez que os ideais que temos em relação à qualidade de vida mudam com o decorrer do tempo; o segundo aspecto é o cultural, visto que as necessidades, os anseios, os valores se distinguem entre os diferentes povos; e o terceiro aspecto se refere à posição social que ocupamos dentro de uma sociedade, pesquisadores que estudam sociedades onde a desigualdade social é bem marcada, verificaram que os padrões de bem-estar e qualidade de vida também são bem estratificados, bem como tem-se a concepção de que o bem-estar está ligado às camadas superiores ou ao alcance de um novo patamar social. Diante disso, ao se estudar os fatores que os indivíduos ou grupos consideram essenciais para ter uma boa qualidade de vida, deve-se fazer uma reflexão sobre como esses fatores se tornaram relevantes (PEREIRA et al., 2012).

Além desses fatores subjetivos, que consideram variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual, a temática também deve ser abordada levando-se em consideração os aspectos objetivos que compõem a percepção que um indivíduo tem sobre a posição que ocupa na vida. Sob esse ponto de vista, busca-se uma análise ou compreensão da realidade baseada em elementos quantificáveis e concretos. A avaliação desses componentes leva em consideração questões como alimentação, moradia, acesso à saúde, emprego, saneamento básico, educação e transporte, entre outras coisas, que são necessárias para garantir a sobrevivência na sociedade moderna (ALMEIDA, GUTIERREZ E MARQUES, 2012).

Já para Amartya Sen (NUSSBAUM & SEN, 1993) a qualidade de vida é definida pelos conceitos de capacidade, que representa aquilo que a pessoa está apta a ser ou fazer; e de funcionalidade, que diz respeito aquilo que ela é e faz. Dessa forma, a qualidade de vida seria então avaliada pela capacidade que o indivíduo tem para alcançar determinada funcionalidade. Para Sen, essa capacidade está ligada a um conjunto de fatores que vão desde características pessoais, mas principalmente, aos arranjos sociais, uma vez que o alcance de determinada funcionalidade está diretamente ligado às oportunidades e privações que a pessoa experimenta na vida. “A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser” (HERCULANO, 2000, p.10).

Pereira et al. (2012, apud FARQUHAR, 1995) salientam que, para que haja um consenso sobre a sua conceituação, é importante que exista uma taxonomia ou classificação para qualidade de vida, pois possibilitará a organização das características em comum entre as definições existentes, permitindo assim a identificação dos fatores que influenciaram na construção desses conceitos. Os autores identificaram, a partir da literatura especializada na temática e seguindo uma ordem cronológica de surgimento, que as definições sobre qualidade de vida se classificavam das seguintes formas: definições globais, definições por componentes, definições focalizadas em um ou mais componentes e definições combinadas.

As definições globais são mais generalistas, englobam ideias de contentamento e descontentamento, satisfação e insatisfação e possuem um perfil mais subjetivo e individual. As definições por componentes dividem o conceito de qualidade de vida em dimensões/componentes que contribuem para o alcance da qualidade de vida global, considerando como essencial um ou mais componentes. Nesse tipo de definição, as dimensões escolhidas estarão ligadas à área de interesse da pesquisa. Já as definições focalizadas em um ou mais componentes, consiste numa subdivisão da definição por componentes na qual os componentes selecionados são analisados detalhadamente; e as definições combinadas costumam ser definições globais que consideram um ou mais componentes (PEREIRA et al., 2012, apud FARQUHAR, 1995).

Em 1995, a Organização Mundial da Saúde criou um grupo de estudos sobre Qualidade de Vida, o WHOQOL Group, que definiu qualidade de vida como sendo “*a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (THE WHOQOL GROUP, 1995). Essa tem sido a definição mais utilizada em diversos estudos sobre o tema desde então.

Ainda que não exista uma definição única sobre qualidade de vida, sabe-se que ela abrange diversos aspectos da vida que combinados e contextualizados levam ao seu entendimento. Restringir o conceito a somente uma área ou dissociar os aspectos objetivos dos subjetivos que o compõe, traria uma noção incompleta e equivocada sobre a temática. Além disso, a abordagem e os indicadores utilizados, bem como suas possibilidades de operacionalização, estarão ligados aos interesses científicos e políticos de cada estudo e área pesquisada.

2.2.2. Qualidade de vida e Desenvolvimento Sustentável

A expressão “Qualidade de vida” se popularizou a partir da década de 1960 após ser usada pelo então presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em um discurso feito na Universidade de Michigan em 1964, quando afirmou que “*os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos Bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas*” (FLECK et al., 1999).

A temática havia ganhado destaque nos debates políticos e acadêmicos da época em decorrência dos efeitos negativos resultantes do progresso gerado pelo modelo econômico de desenvolvimento (NAHAS, 2002). A fala de Johnson, possivelmente, fazia referência ao PIB (Produto Interno Bruto), indicador econômico criado em 1947 que avaliava o desempenho econômico de uma nação. A medida corresponde ao total de bens e serviços gerados, indicando as riquezas produzidas e distribuídas, traduzindo assim o progresso de um país. (KRAN & FERREIRA, 2006).

Com o reconhecimento de que o progresso econômico não era capaz de gerar, por ele mesmo, o que foi chamado de “bem-estar social” (NAHAS, 2002, p.23), o indicador passou a receber muitas críticas quanto à sua eficácia em avaliar o desenvolvimento de uma nação sem ter a real noção de como é feita a distribuição de renda (HERCULANO, 2000), além de não contemplar diversos aspectos considerados fundamentais para a análise do desenvolvimento de uma sociedade. Segundo Pereira et.al (2012), isso se deu também pelo fato de que apesar do crescimento econômico do país, aumentavam os problemas relacionados à violência e à criminalidade.

Diante do descrédito do referido indicador para avaliação do bem-estar da população de um país em termos meramente econômicos, a partir da década de 1960, começa a crescer uma nova ideologia focada em parâmetros ligados à mensuração do bem-estar, surgindo os indicadores sociais, que passaram a ser considerados críticos na definição do bem-estar da nação (SALES et al, 2013). A utilização de indicadores sociais era considerada importante para a formação e informação da opinião pública, pois além de quantificar e simplificar a informação, incentivam e mobilizam a sociedade a pressionar os que tomam as decisões. Nesse contexto Herculano escreveu:

Os indicadores, além de condensarem informações para as tomadas de decisões referentes às escolhas políticas, têm também a função de espelhar a forma e os rumos que toma essa coisa gigantesca e misteriosa que é o coletivo. O cidadão comum é levado a perceber a sociedade na qual está mergulhado, não apenas através da sua experiência imediata, mas através das sinalizações e interpretações daqueles que têm a tarefa de perscrutar o cenário social no seu conjunto e nos seus rumos e horizontes. (HERCULANO, 2000, p.12)

Segundo Nahas (2002), o papel dos indicadores sociais era colocar em evidência problemas patológicos da sociedade tais como: a violência, a pobreza, a marginalidade entre outros, utilizando para isso, dimensões que fossem possíveis de mensurar. A partir do resultado obtido, caberia ao Estado agir em prol do bem estar social. No entanto, críticas a esse modelo surgiram, uma vez que a redução do social a componentes quantificáveis não levava em consideração o contexto em que aquelas dimensões estariam inseridas, resultando em informações que não correspondiam à realidade. A necessidade de formular indicadores subjetivos para avaliar o bem-estar social, surgiu a partir dessas críticas, o que colocou em evidência também a expressão “qualidade de vida”.

[...] o uso da expressão “qualidade de vida” remete à demanda por melhores condições de saúde e bem-estar, face aos impactos e desigualdades sociais geradas pelo crescente processo de urbanização, mas remete sobretudo a componentes de caráter imaterial, imprimindo ao conceito o enfoque do indivíduo, da pessoa, vinculado a aspirações por felicidade, bem-estar e satisfação pessoal. (NAHAS, 2002, p.27)

Além da qualidade de vida, outro termo ganhou destaque na década de 1970: a qualidade ambiental. Face ao desenvolvimento econômico, o crescimento urbano trouxe à tona não só problemas de ordem social, mas também ambiental. O modelo de desenvolvimento adotado, que ocorria de forma desordenada, foi o causador de uma profunda degradação ambiental e do aumento da poluição tanto do ar, quanto dos recursos hídricos.

Diante dessa problemática, se fez necessário pensar em ações que pudessem minimizar, ao longo do tempo, o impacto gerado pelo desenvolvimento econômico a fim de que os recursos naturais fossem utilizados de forma mais consciente. Foi a partir dessa preocupação que entrou em evidência o conceito de desenvolvimento sustentável, que tinha como premissa a busca de um equilíbrio entre o crescimento econômico e a proteção ao meio-ambiente. Assim, os aspectos ambientais passaram a ter relevância dentro do desenvolvimento econômico-social de uma nação.

O debate global sobre o tema sustentabilidade se intensificou durante a década de 70. Diversos organismos internacionais discutiam sobre a necessidade da criação de indicadores ambientais, que serviriam para monitorar e descrever as atividades humanas sobre o meio-ambiente, fornecendo informações sobre a condição ambiental do país ou região devendo haver uma participação ativa do cidadão na validação das informações coletadas (NAHAS, 2002). De acordo com Herculano (2000), os indicadores ambientais dizem respeito ao estado

em que se encontra o mundo natural tanto sobre o ponto de vista físico quanto biológico; às modificações desse estado causado pelas pressões das atividades humanas; e às medidas adotadas como resposta a estas pressões, em busca da melhoria do meio ambiente ou no combate à degradação.

Os indicadores ambientais passaram a ser considerados, assim como os indicadores sociais, relevantes para a formulação e avaliação de políticas públicas, além de instrumentos que podem ser incorporados aos processos de tomada de decisão na área de planejamento. (NAHAS, 2002). Ademais, uma vez que a noção de desenvolvimento sustentável passa pela percepção que a população tem acerca da qualidade do ambiente vivido e do seu grau de satisfação com o mesmo, os aspectos ambientais foram incorporados como mais uma das dimensões que está inserida dentro do conceito de qualidade de vida, junto dos aspectos sociais e econômicos, uma vez que influencia no bem-estar no indivíduo.

2.2.3. Qualidade de Vida Urbana

A relação entre a qualidade de vida e qualidade ambiental consolidou o conceito de qualidade de vida urbana. O crescente desenvolvimento das cidades e os problemas sociais, econômicos e ambientais que surgiram a partir dele, deu enfoque à necessidade de monitoramento desse desenvolvimento, a fim de que ações fossem tomadas com vistas a minimizar os efeitos negativos do ambiente urbano na qualidade de vida do indivíduo. De acordo com Nahas (2002), o conceito abrange as cidades e o meio-ambiente urbano e avalia três aspectos: a igualdade na distribuição de bens e considerados essenciais no atendimento das necessidades básicas do indivíduo; a qualidade ambiental; e a sustentabilidade do desenvolvimento humano, que diz respeito às capacidades e oportunidades que as pessoas têm para se tornarem quem desejam ser. O acesso a bens e serviços, às facilidades ou dificuldades encontradas nas práticas do cotidiano no local onde habita, ou ainda, as boas ou péssimas condições de moradia, promovem, tanto a inserção do indivíduo na sociedade, quanto corroboram com a sua exclusão social.

Ainda que não seja possível mensurar essa exclusão, ela pode ser percebida através da presença de pobreza, da baixa escolaridade, da irregularidade nos assentamentos de baixa renda, na ocupação ilegal do solo, entre outros. Além disso, a falta de alternativas habitacionais, tanto providas pelo mercado privado, quanto por políticas públicas habitacionais, resulta na ocupação ilegal de áreas de proteção ambiental, como beira de rios, encostas de morro, áreas de mangue. Sem a devida intervenção do Estado contra esse tipo de ocupação, essa população fica suscetível ao risco de desastres ambientais (MARICATO, 2003).

A provisão de moradias para a população de baixa renda, sempre foi um desafio para os governos. Os modelos habitacionais concebidos são, em sua maioria, baseados na lógica do mercado, usando a casa como uma mercadoria que deve gerar lucro aos seus promotores. As políticas habitacionais criadas seguem o modo empresarial de produção de habitação onde, diante da impossibilidade da conciliação de interesses social e econômico, o segundo é o que prevalece, crescendo assim a informalidade.

Um desenvolvimento urbano incluyente abrange tanto a urbanização como também a legalização da “cidade informal”. Essa segregação territorial promove desigualdades sociais à medida que, a dificuldade de acesso e a precariedade dos serviços de infraestrutura urbanos disponíveis, reduz as oportunidades de emprego e de qualificação profissional, torna mais

difícil o acesso ao lazer e, além disso, deixa a população mais exposta à violência e a diferentes formas de discriminação (MARICATO, 2003).

Mendonça (2006), em seu estudo sobre a qualidade de vida urbana, destacou a importância do planejamento urbano e de uma gestão pública comprometida com a inclusão social, norteadas pelos princípios da universalidade, da equidade, da sustentabilidade e da gestão democrática, ressaltando que a cidadania só é efetiva quando há equidade de acesso aos serviços urbanos essenciais. A autora salienta ainda que há de se pensar sobre a questão regional, que pode influenciar na avaliação da qualidade de vida, na medida em que o acesso espacial a recursos e serviços urbanos podem ser abundantes em regiões centrais ou em locais com maior renda e maior concentração urbana, em detrimento às áreas periféricas e de baixa renda, onde as opções de acesso são mais escassas.

Sob esse aspecto, a habitação acaba tendo um papel central na inserção do cidadão na sociedade permitindo sua inclusão, pressupondo que possibilite o acesso à renda e trabalho, que se tenha acesso a equipamentos urbanos e saneamento básico e que não seja estigmatizada (MENDONÇA, 2006); em contraponto, a exclusão social é manifestada a partir de condições precárias de habitação, saúde e de outros indicadores não monetários de qualidade de vida. Diante disso, a moradia pode ser vista como um dos mais importantes elementos da qualidade de vida urbana (KRAN & FERREIRA, 2006).

2.2.4. A Habitação na Qualidade de Vida

De acordo com o Dicionário de Arquitetura Brasileira, Corona e Lemos (1972), habitação é definida como o lugar no qual se habita, constituindo um abrigo ou invólucro que protege o homem e que favorece sua vida tanto no aspecto material quanto no espiritual. Mas muito além do abrigo físico, a habitação se relaciona com diferentes dimensões da vida humana, englobando aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Tida como um lugar de interação social, a habitação contribui com o desenvolvimento da identidade individual e coletiva. Um local de pertencimento e intimidade onde se acumulam experiências e são despertados sentimentos de alegria e tristeza, de felicidade e de dor; e que oferece às pessoas a sensação de segurança, estabilidade e repouso. É também o lugar onde são transferidas suas emoções, valores, costumes, símbolos e preferências e a partir do qual se organiza a complexidade da vida cotidiana (GUERRA, 2017).

A moradia é um complemento necessário ao homem para garantir sua segurança e bem estar, ninguém pode evitar as influências da casa em que vive. Compreendemos que a representação simbólica da moradia é tão presente quanto os tijolos, telhas, janelas e portas. O problema não é apenas de conforto para abrigar necessidades fisiológicas, é necessário um espaço que manifeste o bem estar pleno do indivíduo, caso contrário aparece inquietude, ansiedade e etc. Valores éticos e condutas são prejudicados pela insatisfação e tristeza de morar num ambiente contrário às expectativas emocionais. (BERGAN, 2005, p.30)

O endereço da habitação traz um significado de inclusão. O local onde ela está implantada pode transmitir uma posição de prestígio ou estigma, possibilitando o acesso a recursos e oportunidades e influenciando as conexões sociais. Os atributos no seu entorno como áreas verdes, shoppings centers, escolas, supermercados, ou ao invés disso, a proximidade com externalidades negativas, como áreas poluídas, sem pavimentação, com escassez de comércio ou serviços, propiciam ao local oportunidades específicas de conforto

ou desconforto e de reconhecimento social (MENDONÇA, 2006).

No que diz respeito à presença de áreas verdes no entorno da habitação, estas contribuem não só para a promoção do bem-estar geral do morador, assim como para a redução do estresse. Barreto et al.(2019) ao pesquisar sobre os benefícios para a saúde mental ao morar em locais com áreas verdes, encontrou evidências que relacionam a quantidade de área verde ao redor das casas a um estado de saúde mental melhor. Além disso, a presença de áreas verdes no entorno da residência poderiam influenciar o estilo de vida e o bem-estar do morador. Essa mesma relação foi descrita por Bergan (2005), ao estudar sobre os sentidos da moradia, o autor encontrou associações que relacionam a qualidade do espaço externo da casa, que ao proporcionar conforto, sossego, segurança e convívio familiar, contribui com a saúde mental e física do morador.

Sob o ponto de vista dos direitos humanos, a habitação é considerada um direito fundamental. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade promovam medidas que garantam o respeito aos direitos nela contidos. Dentre os direitos fundamentais ao ser humano, estabelecidos na Declaração, o direito a um padrão de vida capaz de assegurar o acesso à habitação³¹ (art. 25, item 1) está previsto juntamente com os direitos à saúde, à alimentação, aos cuidados médicos e ao bem-estar.

Outros tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)³² de 1966 (art. 11, § 1º), também estabeleceu que todos tivessem o direito a um padrão de vida adequado, que inclui moradia adequada. Em 1991, o Comentário Geral nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais, veio para esclarecer o conceito de moradia adequada, garantida no art. 11, § 1º da PIDESC, listando os fatores que caracterizam esse direito, são eles:

- a) Segurança legal de posse - independente do tipo de posse, toda pessoa deve possuir um grau de segurança que garanta proteção legal contra despejos forçados e outras ameaças;
- b) Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestruturas - a habitação adequada deve possuir acesso a certas facilidades essenciais para saúde, segurança, conforto e nutrição, contando com infraestrutura básica (água potável, esgoto sanitário, energia elétrica, coleta de lixo etc);
- c) Custo acessível - o custo da habitação associado aos custos de domicílio, não pode comprometer a obtenção e satisfação de outras necessidades básicas; para os incapazes de arcar com os custos da habitação, os Estados-partes devem estabelecer subsídios habitacionais;

³¹ Art. 25, 1 - Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

³² Art. 11, §1- Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

- d) Habitabilidade - a casa deve possuir um espaço adequado, proteger os habitantes das intempéries ou ameaças à saúde e riscos estruturais;
- e) Acessibilidade - habitações adequadas devem ser acessíveis aos seus moradores, levando-se em consideração suas necessidades especiais. Aos grupos desfavorecidos, devem ser assegurados um patamar de consideração prioritária nas políticas públicas habitacionais;
- f) Localização - a localização da moradia deve permitir o acesso a opções de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outras facilidades sociais; não devendo ser construídas próximas a fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos habitantes;
- g) Adequação cultural - Os materiais utilizados na construção da habitação e as políticas em que se basearam, devem possibilitar a expressão a identidade e a diversidade cultural.

A garantia de moradia adequada também está contemplada na Agenda 2030³³, um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável das nações, que tem como um dos seus 17 objetivos, “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos e sustentáveis” (ODS 11). Essa ODS visa, até 2030, garantir a todos uma habitação adequada e segura, com preço acessível e acesso aos serviços básicos e a urbanização das favelas. A necessidade de políticas públicas que garantam acesso universal a habitações dignas e seguras tem sido sempre enfatizada pelos direitos humanos.

O Brasil, que desde 1945 é um dos Países-Membros das Nações Unidas, também foi um dos assinantes da referida Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, o reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro do papel do Estado na promoção de programas de construção de moradias e melhorias nas condições habitacionais e a garantia de que o valor do salário-mínimo fosse capaz de dar acesso à habitação, só veio com a Constituição Federal de 1988, tendo sido a habitação transformada em um direito social após a promulgação da Emenda Constitucional nº 26 de 14 de fevereiro de 2000, que acrescentou, no texto do artigo 6º³⁴, a moradia como um dos direitos sociais estabelecidos na atual Carta Magna brasileira, complementado pelo artigo 7º, inciso IV³⁵, que prevê o salário-mínimo capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família.

A fim de garantir a aplicabilidade desse direito humano no Brasil, foi criado, em 2003, o Ministério das Cidades, com vistas a formular e articular políticas urbanas com a participação da sociedade, objetivando melhores condições de vida para os moradores das cidades e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável, incluindo e redutor das desigualdades sociais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). O referido Ministério estabeleceu, na 1ª Conferência das Cidades, ocorrida em 2004, a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) que tem como alguns dos seus princípios: o

³³ A Agenda 2030 é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável que visa acabar com a pobreza e proteger o clima e o meio ambiente além de garantir que as pessoas, em todos os lugares do planeta, possam desfrutar de paz e prosperidade. A agenda foi dotada em 2015 por 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), e estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas a serem alcançadas até 2030.

³⁴ Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

³⁵ Art. 7º, Inciso IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

direito à cidade; à moradia digna; e à inclusão social e redução das desigualdades; e como uns dos seus objetivos a redução do déficit habitacional e a qualidade de vida ambiental, destacando a necessidade de prioridade no atendimento à população de baixa renda.

A moradia é um direito fundamental da pessoa humana, cabendo a União, o Distrito Federal, os estados e municípios promover, democraticamente, o acesso para todos, priorizando a população de baixa ou nenhuma renda, financiando e fiscalizando os recursos destinados à habitação. [...] Entende-se por moradia digna aquela que atende às necessidades básicas de qualidade de vida, de acordo com a realidade local, contando com urbanização completa, serviços e equipamentos urbanos, diminuindo o ônus com saúde e violência e resgatando a auto-estima do cidadão. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.77)

Portanto, a habitação não é apenas um espaço físico onde as pessoas residem, mas um componente essencial que influencia diretamente diversos aspectos da qualidade de vida, incluindo saúde, segurança, conforto, acesso a serviços e oportunidades, estabilidade emocional e desenvolvimento pessoal. Assim, políticas públicas e iniciativas que visem melhorar a habitação podem ter um impacto positivo e significativo na qualidade de vida das comunidades e da sociedade como um todo.

2.2.5. Avaliação da Qualidade de Vida

Quando o termo Qualidade de Vida se popularizou, na década de 1960, compreendia-se que o bem-estar da uma nação estaria atrelado ao seu desenvolvimento econômico, medido através do PIB. Após a constatação de que somente indicadores econômicos não eram capazes de avaliar a qualidade de vida da população, entraram em cena os indicadores sociais, que buscavam compreender se as necessidades básicas da população também estariam sendo atendidas.

Em busca de um indicador que não atrelasse o desenvolvimento de uma nação aos aspectos exclusivamente econômicos e englobasse também aspectos de natureza social e cultural, foi criado, em 1990, o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Idealizado por Amartya Sen³⁶, economista e filósofo indiano amplamente reconhecido por suas contribuições à economia do bem-estar, e elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU, o indicador foi criado para avaliar a qualidade de vida da população utilizando aspectos que fossem de fácil mensuração e que refletissem uma boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas (HERCULANO, 2000).

Os aspectos utilizados para o cálculo do IDH são: a renda, que é medida pelo PIB real *per capita*; a saúde, medida pela expectativa de vida ao nascer e a educação, onde são consideradas as taxas de alfabetização de adultos e de matrículas nos níveis primário, secundário e terciário. O índice se baseia na noção de capacidades, onde o desenvolvimento humano seria entendido não somente pelo aumento de riqueza, mas também na possibilidade de expansão das capacidades através das condições de saúde e do acesso à educação (MINAYO et al., 2000).

Minayo et al. (2000) salientam que, apesar do IDH ser utilizado amplamente no mundo para avaliação da qualidade de vida e ter tido uma boa aceitação entre as nações, ele

³⁶ Amartya Sen recebeu o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1998 por seu trabalho pioneiro na análise da pobreza, da fome e das desigualdades econômicas. Sen lecionou em grandes universidades como Harvard, Cambridge, Oxford e a London School of Economics.

possui algumas limitações, como por exemplo a utilização do índice para comparar a qualidade de vida entre territórios ou ao longo do tempo em um mesmo território, uma vez que pouco discrimina os países e regiões mais desenvolvidas entre si.

Os autores também apontam algumas críticas ao índice no que diz respeito à natureza da sua idealização, visto que a aferição do desenvolvimento humano não deve ser visto somente através do aumento ou melhoria de indicadores, uma vez que um país pode deixar de crescer, mas uma nação desenvolvida não deixará de sê-la, pois o desenvolvimento se incorpora às suas estruturas, instituições e mentalidades. Além disso, o IDH acaba tendo um viés etnocêntrico, uma vez que utiliza os padrões ocidentais modernos como referência para todas as nações do planeta.

Outros instrumentos foram criados para avaliação da qualidade de vida, além do IDH, alguns até inspirados nele. No Brasil podemos citar o Indicador de Condições de Vida³⁷ (ICV) que é composto por 20 indicadores que avaliam cinco dimensões: renda, educação, infância, habitação e longevidade. O instrumento, apesar de ser mais abrangente que o IDH, avalia apenas aspectos objetivos, possíveis de mensuração (MINAYO et al., 2000). Minayo et al. (2000) cita outros exemplos de instrumentos brasileiros de avaliação da qualidade de vida: o Índice de Qualidade de Vida (IQV) de São Paulo, criado pelo Jornal Folha de São Paulo, que avalia o grau de satisfação da população em um conjunto de componentes: trabalho, segurança, moradia, serviços de saúde, dinheiro, estudo, qualidade do ar, lazer e serviços de transporte, que estão divididos em aspectos objetivos e subjetivos; e o IQV Belo Horizonte, que faz um levantamento de aspectos considerados mais relevantes para a população e, a partir deles, identifica carências presentes em cada bairro a fim de promover debates sobre orçamento participativo.

Na área da saúde, um instrumento que se destaca na avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde é o SF-36 - *Medical Outcomes Study Questionnaire 36-Item Short Form Health Survey*. Criado na língua inglesa por Ware e Sherbourne, o SF-36 é composto por 36 itens que avaliam oito dimensões da qualidade de vida: capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental, as dimensões recebem uma pontuação que varia de 0 a 100, quanto mais próximo de cem, melhor o resultado (PEREIRA et al., 2012). Apesar do referido instrumento já ter sido traduzido e validado³⁸ no Brasil, ele ainda não tem validade em outros países. A aplicação intercultural de instrumentos traduzidos pode ser contestável para alguns autores, que questionam a ideia de que a qualidade de vida pode não estar relacionada à cultura local. Não obstante, outros consideram que independentemente de nação, cultura ou época, o importante é que as pessoas se sintam bem psicologicamente, tenham uma boa saúde física, se sintam socialmente integradas e competentes (FLECK et al., 1999).

2.2.5.1. Os Instrumentos WHOQOL

Buscando um instrumento que expressasse as dimensões da qualidade de vida englobando aspectos objetivos e subjetivos dentro de uma perspectiva internacional, a Organização Mundial da Saúde desenvolveu, através do grupo *World Health Organization*

³⁷ Foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP), em Belo Horizonte, para estudar a situação de municípios mineiros. O instrumento logo foi adequado para análise de todos os municípios brasileiros, após um consórcio da FJP com o IPEA, o IBGE e o PNUD (IPEA/IBGE/FJP/PNUD, 1998).

³⁸ A tradução e validação cultural do SF-36 no Brasil foi feita por CICONELLI, FERRAZ, SANTOS, MEINÃO e QUARESMA (1999).

Quality of Life, o WHOQOL-100, um instrumento que avalia a qualidade de vida de maneira multicêntrica (FLECK et al., 1999). Traduzido e validado para o Brasil por pesquisadores do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o instrumento é composto por 100 questões divididas em 24 facetas que estão agrupadas em seis domínios: Físico, Psicológico, Nível de Independência, Relações Sociais, Ambiente e Aspectos Espirituais/Religião/Crenças Pessoais, além de uma faceta independente, que não pertence a nenhum domínio denominada “Qualidade de vida global e percepção geral da saúde”, onde o respondente faz uma autoavaliação sobre sua qualidade de vida respondendo a perguntas que abordam aspectos como satisfação com a vida, saúde e qualidade de vida (PEDROSO, 2013).

As respostas do questionário WHOQOL-100 são objetivas e em escalas do tipo Likert, constituída por cinco elementos que variam entre 1 e 5, sendo a resposta mais positiva 5 e a mais negativa 1. O resultado da aplicação é expresso a partir da pontuação de cada faceta e cada domínio. Também se realiza o cálculo da estatística descritiva de cada faceta e domínio.

Para o cálculo dos resultados, é recomendado pela OMS a utilização do *software* estatístico SPSS, sendo necessário inserir as linhas de código da sintaxe, que é disponibilizada pela OMS para realização do cálculo, no entanto a Organização não explica os critérios para o cálculo dos escores dos domínios e facetas. Os resultados são expressos em uma escala de 4 a 20, mas a OMS propõe que seja convertido para uma escala de 0 a 100, quanto mais próximo de 100, melhor a qualidade de vida.

Tendo em vista à extensão do questionário WHOQOL-100, surgiu a necessidade de um instrumento que tivesse características psicométricas compatíveis com o WHOQOL-100 e que demandasse do respondente um menor tempo de preenchimento, em função da perda de motivação e abandono da pesquisa gerada pelo grande número de questões. Diante disso, o grupo WHOQOL desenvolveu o WHOQOL-BREF, uma versão simplificada do instrumento original e que também avalia a qualidade de vida de maneira global. O WHOQOL-BREF é composto por 26 questões que foram selecionadas do WHOQOL-100 e correspondiam às questões que possuíam maior correlação com a pontuação média de cada uma das 25 facetas do instrumento, sendo 2 questões retiradas da faceta correspondente a autoavaliação da qualidade de vida e 24 representando cada uma das demais facetas do WHOQOL-100. Em relação aos domínios, diferentemente dos seis da versão original, o instrumento contempla quatro domínios: Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente (PEDROSO, 2013).

Além do WHOQOL-BREF o grupo WHOQOL desenvolveu outros instrumentos para atender a determinados grupos específicos, são eles: o WHOQOL-HIV, que é uma versão direcionada aos portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o WHOQOL-HIV-bref, uma versão simplificado do primeiro, o WHOQOL-OLD, direcionado às pessoas idosas, o WHOQOL-SRPB, que consiste numa versão do WHOQOL-100 com o domínio Espiritualidade/Religião/Crenças Pessoais ampliado e o WHOQOL-DIS, direcionado para adultos com deficiência física e intelectual. Todos esses instrumentos são um módulo complementar do WHOQOL-100 (PEDROSO, 2013).

Segundo Pedroso (2013), outros instrumentos foram desenvolvidos, no entanto, diferentemente dos mencionados acima, foram criados em um único centro, no qual a difusão tornou-se limitada. É o caso do WHOQOL-CHILDREN, instrumento de avaliação direcionado para crianças, o WHOQOL-Pain, um módulo direcionado para pessoas que convivem com dor crônica e o WHOQOL-8, uma versão abreviada do WHOQOL-BREF

direcionada para grandes populações e o escolhido nesta pesquisa para avaliação da qualidade de vida dos permissionários de imóvel funcional.

2.2.5.2. O WHOQOL-8

O WHOQOL-8 nasceu a partir do Projeto EUROHIS, um projeto que tinha como objetivo a criação de um instrumento para avaliação da qualidade de vida a partir de um instrumento existente, mas que fosse composto por um pequeno número de questões, visto que seria aplicado a nível nacional (POWER, 2003).

Os instrumentos selecionados para a análise foram: o SF-36, o EuroQol e o WHOQOL-100 em conjunto com o WHOQOL-BREF. Após análise, o instrumento selecionado foi o WHOQOL-BREF, que além de ser o instrumento mais recente, também já havia sido validado em diversas culturas, diferente do SF-36 e já tinha suas propriedades psicométricas testadas em pessoas enfermas e saudáveis, ao contrário do EuroQol (POWER, 2003).

O instrumento foi denominado a princípio como EUROHIS-QOL, passando posteriormente a ser nomeado como WHOQOL-8 (PEDROSO, 2013). A seleção das questões que comporiam o WHOQOL-8, foi feita com base nos 26 itens do WHOQOL-BREF, a fim de garantir uma futura comparabilidade entre o conjunto de dados dos dois instrumentos (Pires, 2016). Após uma bateria de testes para a escolha das questões do WHOQOL-8, que estão detalhadamente descritos por Power (2003) e traduzidos por Pedroso (2013) e Pires (2016), foram selecionadas 8 questões (Quadro 2) divididas da seguinte forma: duas questões gerais, pertencentes à faceta qualidade de vida global e percepção geral da saúde, duas questões do domínio Físico, uma questão do domínio Psicológico, uma questão do domínio Relações sociais e duas questões do domínio meio-ambiente (PIRES, 2016).

Quadro 2 - Questões que compõem o WHOQOL-8.

DOMÍNIO/FACETA	QUESTÃO
Qualidade de vida global e percepção geral com a saúde	1 - Como você avaliaria sua qualidade de vida?
	2 - Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?
Domínio - Físico	3 - Você tem energia suficiente para o seu dia-a-dia?
	4 - Quão satisfeito(a) você está em desempenhar suas atividades do seu dia-a-dia?
Domínio - Psicológico	5 - Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?
Domínio - Relações Sociais	6 - Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?
Domínio - Meio-Ambiente	7 - Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?
	8 - Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?

Fonte: Adaptado de Pires (2016).

Conforme observado por Pedroso (2013), no WHOQOL-8 estão presentes quase todos os domínios encontrados no WHOQOL-100, sendo que cada questão pertence a um dos

domínios, com exceção do domínio Meio-ambiente que possui duas questões e do domínio Psicológico, que não possui questão.

As escalas de respostas das questões são do tipo Likert compostas por cinco alternativas e, assim como nos outros instrumentos WHOQOL, variam entre 1 e 5, sendo a resposta mais positiva 5 e a mais negativa 1. No que diz respeito ao cálculo da pontuação do instrumento, “este é feito a partir da soma de todas as questões que compõem o WHOQOL-8, sendo este calculado somente se não houverem questões não respondidas. O resultado é subtraído de oito unidades, sendo representado em uma escala de 0 a 32” (Pedroso, 2013, p. 83).

Tendo em vista que a utilização do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), imposta pelo Grupo WHOQOL, requer conhecimentos específicos para utilização e possui custo elevado, Pedroso et al. (2010), desenvolveu uma ferramenta, seguindo o mesmo modelo da sintaxe para o cálculo da pontuação do WHOQOL-8 proposta pelos seus desenvolvedores, que realiza automaticamente o cálculo da pontuação e da estatística descritiva do WHOQOL-8, cabendo ao pesquisador somente preencher as respostas obtidas nos questionários aplicados (PEDROSO E FERREIRA, 2015).

Quanto à validação das propriedades psicométricas do WHOQOL-8, na construção da medida de qualidade de vida do instrumento, foram usadas amostras europeias originadas em países como França, Alemanha, Irlanda, Lituânia, Letônia, Croácia, Romênia, Eslováquia, República Checa e Israel, tendo sido traduzida para os respectivos idiomas. “Nesse contexto, a medida mostrou boa consistência interna entre os países, aceitável validade convergente com medidas de saúde física e mental, além de uma boa discriminação entre os indivíduos saudáveis e aqueles com problemas crônicos de saúde” (ROMERO et al. 2022, p.2).

A validação para o Brasil foi realizada em 2018, por Pires et al., publicada no artigo “*Psychometric properties of the EUROHIS-QOL 8-item index (WHOQOL-8) in a Brazilian sample*” e por Romero et al. publicada, em 2022, no artigo “Validade e confiabilidade do EUROHIS-QOL 8-item para avaliar a qualidade de vida em adultos brasileiros”. Em ambos os estudos foram encontradas evidências quanto à validade e à confiabilidade do instrumento.

As versões breves para avaliação da Qualidade de Vida, como o WHOQOL-8, têm recebido críticas por estarem associadas a uma avaliação menos precisa comparadas às de formato mais extenso; por não serem tão apropriadas quando se deseja uma avaliação mais específica sobre determinado domínio, uma vez que podem fornecer dados incompletos ou ineficazes sobre que está se avaliando e também por serem de difícil interpretação pois possuem itens mais abstratos. No entanto, pode-se destacar também algumas vantagens na sua utilização: por serem mais breves, são mais úteis quando se pretende uma descrição sucinta sobre a qualidade de vida, além disso, por demandar menos tempo e energia dos respondentes, os mantêm motivados aumentando assim a taxa de respostas dadas (PEREIRA et al., 201

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Foi elaborado um fluxograma metodológico que demonstra as etapas que foram seguidas durante todo o processo de elaboração da dissertação, conforme demonstrado na Figura 18.

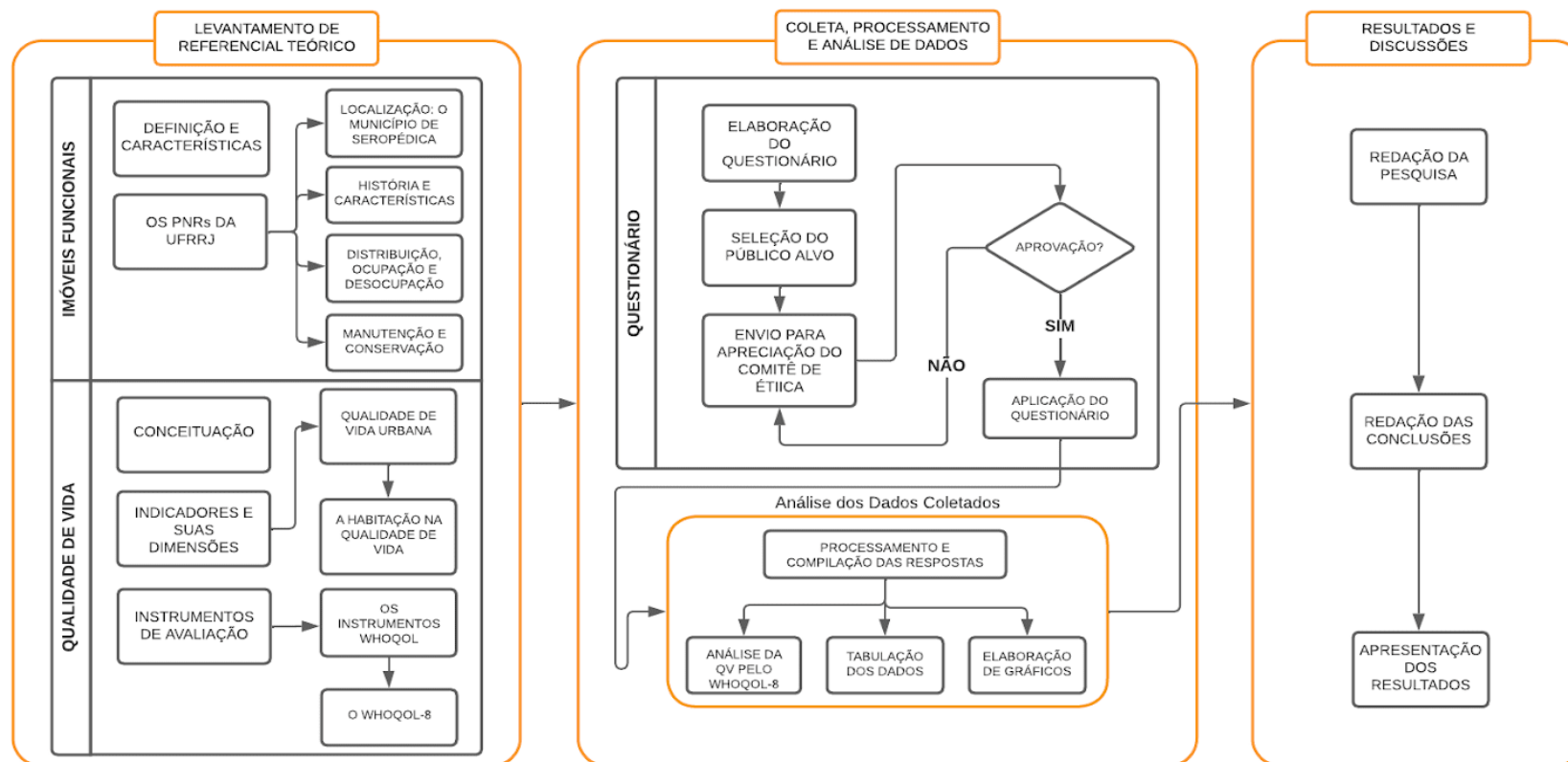


Figura 18 - Fluxograma das Etapas da Metodologia de Pesquisa. Fonte: Elaborado pela autora.

O objeto de estudo da pesquisa é a relação entre a habitação e a qualidade de vida do indivíduo, dessa forma, a discussão teórica da pesquisa foi feita a partir da revisão bibliográfica das temáticas: Imóveis Funcionais Residenciais e Qualidade de Vida. Cada temática foi subdividida em tópicos a fim de se trazer um conhecimento aprofundado do objeto de estudo. Os seguintes repositórios de dados foram utilizados na investigação da temática: livros, legislações, monografias, Deliberações da UFRRJ, sites e periódicos relacionados ao assunto estudado.

Partindo do princípio de que os imóveis funcionais residenciais não são inerentes somente à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a pesquisa investigou como é definido esse tipo de imóvel, examinando os atos normativos que disciplinam a sua criação, administração e utilização. Foi dado enfoque aos Próprios Nacionais Residenciais (PNRs) da UFRRJ, analisando sua história, desde a construção até os dias atuais, suas características e como é feita a gestão desse patrimônio na Instituição.

Na temática Qualidade de Vida foram estudadas as diferentes abordagens conceituais sobre o tema com destaque para a qualidade de vida urbana relacionada à habitação, a fim de compreender o impacto do ambiente habitado na saúde e bem-estar do indivíduo. Destacaram-se os principais instrumentos disponíveis para a mensuração da qualidade de vida do indivíduo, com um estudo mais aprofundado sobre o instrumento WHOQOL-8, escolhido para avaliar a qualidade de vida do público alvo desta pesquisa.

3.1. Coleta, Processamento e Análise de Dados

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, com abordagem quali-quantitativa, desenvolvido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no período de setembro a outubro do ano de 2024, tendo como público-alvo os servidores da Instituição, moradores de Próprios Nacionais Residenciais. Optou-se pela utilização de amostragem não-probabilística intencional, uma vez que, ainda que se soubesse a quantidade PNRs administrados pela Instituição, é desconhecido o quantitativo de PNRs de fato habitados.

Foi utilizada, como procedimento para a coleta de dados, a aplicação de um questionário, autoaplicável, elaborado no *Google Forms*. O questionário, composto por 50 questões, está dividido em quatro seções e possui 46 perguntas de múltipla escolha, 2 perguntas de resposta longa e 2 perguntas de resposta curta (ANEXO 1). A primeira e a segunda seção do questionário são constituídas por perguntas elaboradas pela pesquisadora com a finalidade conhecer o perfil socioeconômico do participante, o vínculo que possui com a UFRRJ e obter informações sobre o imóvel funcional ocupado, assim como identificar os fatores que tiveram maior relevância no momento em que se optou morar no PNR da UFRRJ.

A terceira seção do questionário foi elaborada com perguntas retiradas e/ou inspiradas base no instrumento WHOQOL-100 da OMS e no Formulário IRBEM³⁹, desenvolvido pelo Movimento Nossa São Paulo. Nesta etapa, o participante respondeu perguntas que permitiram identificar qual o nível de importância que alguns aspectos têm para sua qualidade

³⁹ O IRBEM - Indicadores de Referência de Bem-Estar do Município é um formulário que abrange 24 temas que servem para analisar a qualidade de vida e bem-estar na cidade de São Paulo. Desenvolvido em 2010 pelo Movimento Nossa São Paulo, um movimento apartidário e inter-religioso, o objetivo da aplicação do IRBEM é, a partir dos resultados obtidos, orientar as ações da sociedade, governos, empresas e instituições visando o bem-estar de todos os moradores da cidade. O formulário completo está disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2009/08/questionarioIRBEMinternet.pdf>>

de vida. A quarta e última seção do questionário é uma reprodução das perguntas constantes no instrumento WHOQOL-8, que possibilitou a avaliação da qualidade de vida dos respondentes, segundo critérios estabelecidos pelo instrumento.

O meio de divulgação e disponibilização do questionário foi pelo aplicativo *WhatsApp*, em grupos de moradores dos bairros Ecologia e UFRRJ e no grupo dos servidores Técnicos Administrativos em Educação. Para acessar e responder o formulário era necessário ter acesso à Internet e clicar no *link* disponibilizado. Ao clicar no *link*, o participante era direcionado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e somente prosseguia para o questionário após concordância com o TCLE. Todos os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos e metodologias adotadas e concordaram em participar da pesquisa. Uma versão digital do TCLE foi disponibilizada para o participante.

A amostra do estudo foi constituída por 59 servidores da UFRRJ, moradores de Próprios Nacionais Residenciais, representando 16% da quantidade total de PNRs administrados pela Universidade. Para análise dos resultados, todas as respostas dos 59 participantes foram consideradas, tendo sido tabuladas utilizando o *software* Microsoft Excel, a fim de organizar os dados e facilitar a interpretação das informações e a geração de gráficos.

A avaliação da qualidade de vida geral do grupo foi feita utilizando o WHOQOL-8, um instrumento autoaplicável, com validação nacional, composto por oito questões que avaliam a qualidade de vida através dos domínios físico, psicológico, das relações sociais, do ambiente, além de possuir duas questões de avaliação da qualidade de vida e da saúde. A escala de respostas é do tipo Likert, com pontuação que varia de 1 a 5, com a seguinte correspondência: 5 pontos (muito satisfeito; muito bom; completamente); 4 (satisfeito; bom; muito); 3 pontos (nem insatisfeito nem satisfeito; nem ruim nem bom; regular); 2 pontos (insatisfeito; ruim; pouco) e 1 ponto (muito insatisfeito; muito ruim; nada). Para o cálculo da pontuação e da estatística descritiva do WHOQOL-8 foi utilizada a ferramenta desenvolvida por Pedroso et al.(2010).

Cada questão recebeu uma pontuação (escores), assim como foi calculada a pontuação geral, somatório de todas as questões. A pontuação obtida em cada questão indicou a satisfação do indivíduo com aquele aspecto, se relacionando com a pontuação obtida na qualidade de vida global. Quanto maior a pontuação – que varia no intervalo de 0 a 100 – melhor é a percepção de qualidade de vida. O grupo WHOQOL não determina um valor de escore que seja ponto de corte para avaliação da qualidade de vida como “boa” ou “ruim”.

Em cumprimento à Resolução no. 196/96, do Ministério da Saúde, que versa sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos no Brasil, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFRRJ) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e aprovada sob Parecer N. 7.135.265.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi aplicado no período compreendido entre 25/09/2024 a 30/10/2024. As 59 respostas obtidas foram utilizadas na análise dos resultados⁴⁰.

⁴⁰ As respostas obtidas no questionário aplicado estão disponíveis para consulta e download pelo link de acesso: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/17vn26VFiQuGSzIkeq0cSBnikKzn5Drg0pPiM1tpSqA/edit?usp=sharing>

O Perfil Socioeconômico do grupo está discriminado na Tabela 2.

Tabela 2 - Perfil Socioeconômico dos respondentes.

CARACTERÍSTICA	Nº	%
CARREIRA		
Técnico Administrativo	37	67,2%
Professor de Magistério Superior	20	33,9%
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	2	3,4%
GÊNERO		
Feminino	30	50,8%
Masculino	29	49,2%
FAIXA ETÁRIA		
20 a 30	1	1,7%
30 a 40	15	25,4%
40 a 50	20	33,9%
mais de 50	23	39%
ESTADO CIVIL		
Solteiro	11	18,6%
Casado/União Estável	37	62,7%
Divorciado(a)/Separado(a)	10	16,9%
Viúvo(a)	1	1,7%
ESCOLARIDADE		
Médio incompleto	1	1,7%
Superior incompleto	2	3,4%
Superior completo	5	8,5%
Especialização/Mestrado/Doutorado incompleto ou completo	51	86,4%
RENDA		
De 1 a 5 salários-mínimos	12	20,3%
De 5 a 10 salários-mínimos	22	37,3%
De 10 a 15 salários-mínimos	13	22%
Mais de 15 salários-mínimos	8	13,6%
Não respondeu	4	6,8%
VEÍCULO AUTOMOTOR		
Sim	49	83,1%
Não	10	16,9%

Fonte: Elaborado pela autora

Observou-se um maior número de respondentes entre os servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação, com 37 participantes (67,2%). Uma maior participação

de servidores técnicos pode ser justificada pelo fato da pesquisa ter sido divulgada no grupo dos TAEs, além dos grupos de moradores dos bairros Ecologia e Seropédica. A participação de Professor do Magistério Superior correspondeu a 33,9% da amostra e 3,4% dos participantes, pertencem à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A quantidade de participantes por gênero se mostrou bem homogênea, com 30 mulheres e 29 homens, possuindo, em sua maioria, mais de 40 anos de idade (89,6%), estado civil casado ou em uma união estável (62,7%) e curso de pós-graduação (86,4%). O perfil da amostra se assemelha ao perfil dos servidores da UFRRJ, divulgado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal⁴¹. De acordo com dados do Ministério, dos 2.440 servidores da instituição, 74,26% dos servidores possuem mais de 40 anos de idade e 88,55% possuem pós-graduação. Em relação ao gênero, diferente da pesquisa, há uma ligeira prevalência de servidores do gênero masculino na Universidade, com 57,30% de homens e 42,70% de força de trabalho feminina.

A distribuição de respondentes entre as carreiras está diretamente relacionada às faixas de renda do grupo, visto que, das 34 pessoas que informaram ter uma renda mensal familiar de até 10 salários-mínimos, 32 delas são TAEs, assim como, dos 21 servidores que possuem renda familiar superior a 10 salários-mínimos, 17 são da carreira do Magistério Superior. Grande parte dos entrevistados (83,1%) possui veículo automotor.

Em relação ao tipo de moradia que o entrevistado residia antes ir morar no Próprio Nacional Residencial, 31 participantes (52,5%) responderam que moravam em imóvel alugado, 14 (23,7%) em um imóvel próprio quitado, 3 (5,1%) em imóvel próprio financiado e 9 participantes (15,3%) residiam com parentes/amigos. Dois participantes preferiram não responder a essa pergunta.

Perguntados em qual Cidade/Estado habitavam antes de se mudar para o PNR, somente 4 pessoas (6,8%) responderam que vinham de fora do Estado do Rio de Janeiro. Das 55 pessoas que moravam anteriormente em cidades do Estado do RJ, 21 (35,6%) moravam na cidade do Rio de Janeiro e 9 (15,2%) vieram de outras cidades do Estado. 25 pessoas, que corresponde a 42,4% dos respondentes, já moravam na cidade de Seropédica, onde estão localizados os PNRs da UFRRJ. Verificou-se que dentre os permissionários que já moravam em Seropédica, 68% moravam anteriormente de aluguel e 16% na casa de parentes ou amigos.

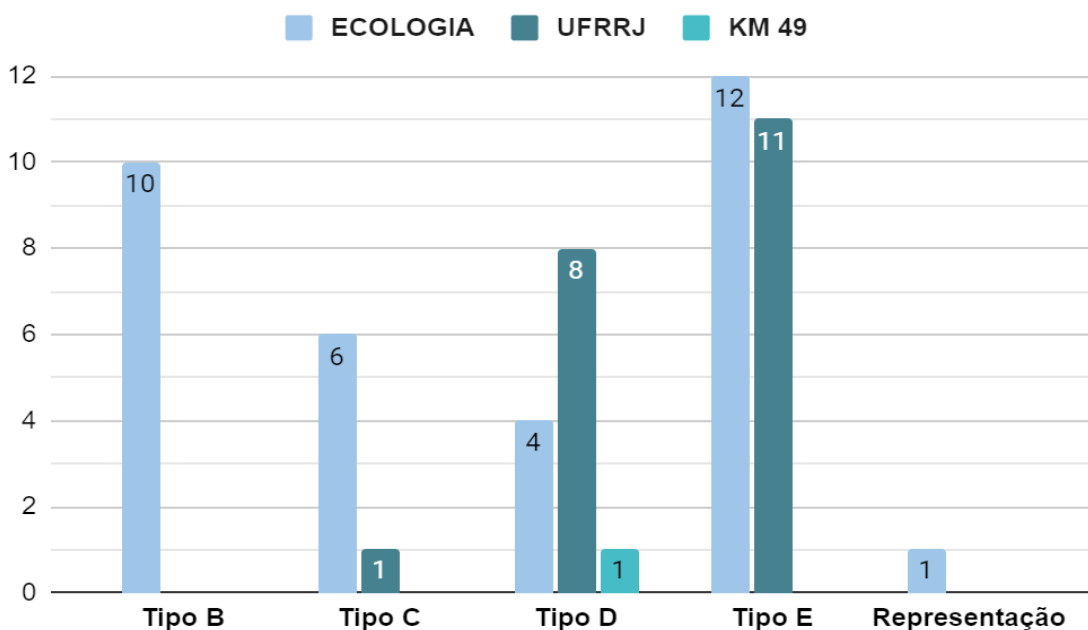
Foi observado que 74,6% dos participantes começaram a morar no imóvel funcional no período compreendido entre 2013 e 2024, concentrando uma maior parcela, correspondente a 44,1%, entre o período de 2019 a 2024. Os permissionários também foram perguntados sobre quantas pessoas moravam no PNR: 13 responderam que moram sozinhos, 20 que moram 2 pessoas, 14 entrevistados informaram que residem 3 pessoas no PNR e 12 responderam 4 ou mais pessoas.

Os PNRs ocupados pelos respondentes são Imóveis Funcionais dos tipos B, C, D e E, distribuídos conforme Gráfico 1 abaixo. Somente 1 respondente informou ocupar Imóvel

⁴¹ Dados da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, correspondentes ao mês de maio de 2024, retirados do Painel de Raio-X do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal. Disponível no site: https://raiox.economia.gov.br/?ORG_SUPER_PADR_NOME=MINIST%C3%89RIO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O&ORG_PADR_NOME=UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20RURAL%20DO%20RIO%20E%20JANEIRO

Oficial/Representação. Em relação ao bairro onde estes estão localizados temos: 61% (36 participantes) são moradores do bairro Ecologia, 37% (22 participantes) moram em PNRs localizados dentro do campus da UFRRJ e 2% (1 participante) reside em um PNR no Km 49.

Gráfico 1 - Distribuição dos respondentes por Tipo de PNR/Bairro.



Fonte: Elaborado pela autora.

O grupo respondeu sobre a relevância que determinados fatores tiveram na motivação para concorrer a uma vaga para morar no PNR. A proximidade com o trabalho, com 97,6%, foi o fator mais relevante seguido do tempo de deslocamento entre casa e trabalho, que também teve a preferência de mais de 90% dos entrevistados. Em relação à proximidade da moradia com o local de trabalho e sua influência na qualidade de vida, numa pesquisa recente sobre jornada de trabalho e qualidade de vida feita pelo Instituto de Pesquisa DataSenado⁴², o deslocamento para o trabalho figurou como o segundo colocado entre os desafios que os trabalhadores brasileiros enfrentam em relação à qualidade de vida, ficando abaixo somente do valor do salário. De acordo com a pesquisa, tempos mais curtos de deslocamento implicam em maior nível de satisfação com a carga horária de trabalho e menor nível de estresse.

Dentre os fatores considerados irrelevantes ou pouco relevantes no momento em que o servidor optou por concorrer a um imóvel funcional, a infraestrutura da cidade de Seropédica figurou como o item que os servidores menos levaram em consideração ao optar por morar no PNR, com 64,4% de votos. A infraestrutura da cidade é uma problemática já apontada por institutos de pesquisa. O IBEU-Municipal, por exemplo, avaliou a infraestrutura de Seropédica como “Muito Ruim”, levando em consideração sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para

⁴² Pesquisa feita em maio de 2024 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado do Senado Federal, para ouvir a opinião dos brasileiros a respeito de carga horária, produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores do país. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_trabalho/2024/interativo.html Acesso em: 01/03/2025

cadeirantes e logradouros. Já o IDSC-BR, ao observar o desempenho da ODS n° 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), que tem como meta uma infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, promotora do desenvolvimento econômico e do bem-estar humano, avaliou que o nível de desenvolvimento sustentável neste indicador na cidade está “Muito Baixo”, apresentando grandes desafios relacionados ao investimento público em infraestrutura urbana per capita da cidade. Não sendo a infraestrutura portanto, um fator promotor de boa qualidade de vida para o morador da cidade.

Os entrevistados também puderam responder a uma pergunta de resposta livre sobre a existência de algum outro fator que tenha influenciado na sua decisão de morar no imóvel funcional. Observou-se que a tranquilidade do local, a existência de quintal nas casas, assim como os filhos, foram fatores que impactaram nessa escolha. Sobre esses elementos citados, Bergan (2005), num estudo sobre os sentidos da moradia, percebeu uma relação entre elementos físicos da moradia como “quintal” com o sentimento de sensações como “paz” e “sossego” e constatou que essas associações relacionam a qualidade do espaço com a saúde do morador.



Figura 19 - Fatores que influenciaram na decisão por morar no PNR. Nuvem de palavras gerada a partir das respostas dadas pelos respondentes. Fonte: Elaborado no Wordclouds.⁴³

A fim de compreender como os ocupantes de PNRs percebem a qualidade de vida nos bairros onde estes estão localizados, foi solicitado ao grupo que escolhesse até dez características, que quando presentes na localidade onde habitam, trazem uma percepção de melhor qualidade de vida. Na Tabela 3 estão listadas as dez características escolhidas que mais impactam na qualidade de vida dos entrevistados.

⁴³ <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em 01/12/2024.

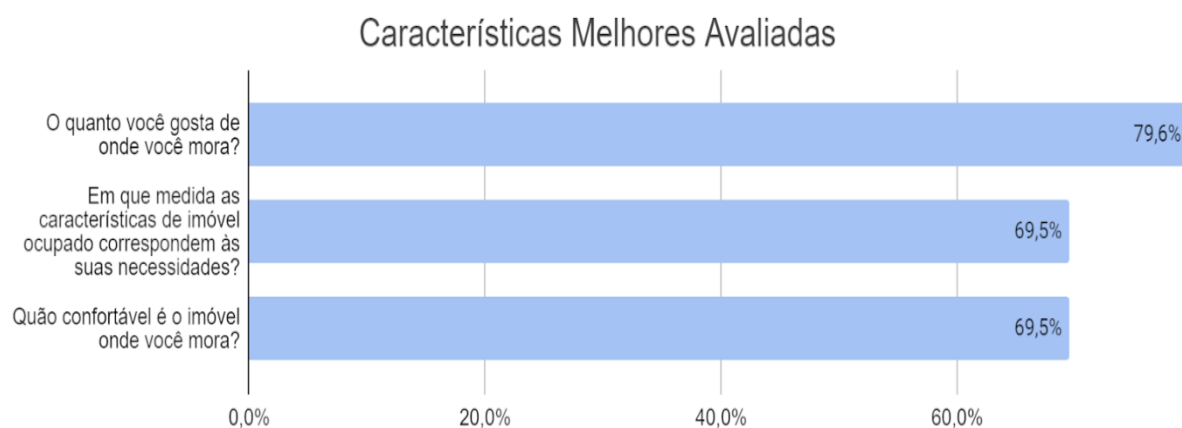
Tabela 3 - Características que proporcionam melhor qualidade de vida, quando presentes na localidade onde habita.

Características mais votadas		%
1º	Serviços de luz, água e internet de qualidade para sua residência.	76,3%
2º	Serviços públicos presentes (coleta de lixo, coleta seletiva, limpeza das áreas públicas, iluminação das ruas).	74,6%
3º	Segurança pública presente.	67,8%
4º	Proximidade a comércios como: lojas, farmácias, supermercados, bancos, etc.	67,8%
5º	Proximidade a hospitais, postos de saúde, clínicas médicas e odontológicas e serviços de emergência.	66,1%
6º	Existência de áreas verdes que permitam o contato com a natureza.	61%
7º	Consciência do coletivo e responsabilidades compartilhadas.	55,9%
8º	Espaços públicos bem conservados.	52,5%
9º	Acesso à educação de qualidade, com vagas em creches e escolas próximas à minha moradia.	45,8%
10º	Ampla oferta de meios de transporte públicos.	45,8%

Fonte: Elaborado pela autora.

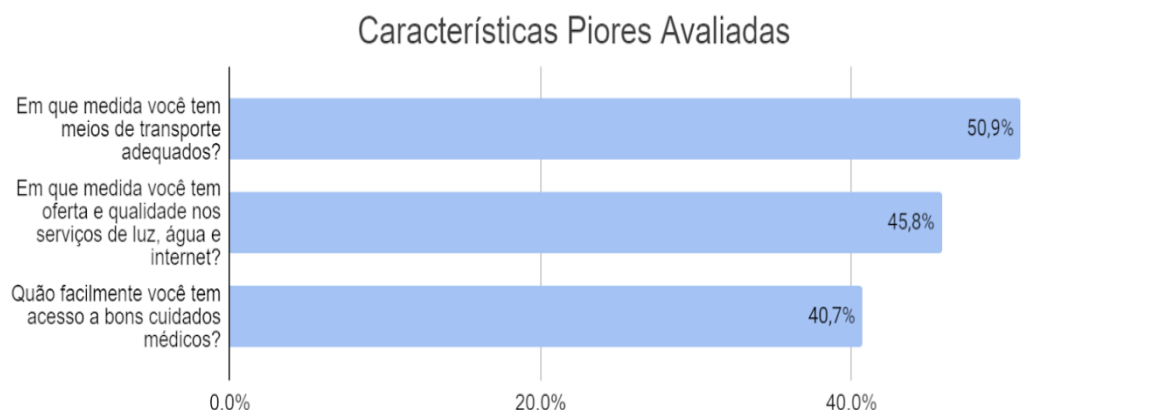
Os permissionários também avaliaram como algumas dessas características são percebidas na localidade onde moram. As características que receberam maior votação nas opções “Extremamente” e “Bastante” foram categorizadas como ‘Melhores Avaliadas’ e as características que receberam maior votação nas opções “Nada” e “Muito Pouco” foram categorizadas como ‘Piores Avaliadas’, conforme Gráfico 2 e Gráfico 3.

Gráfico 2 - Características Melhores Avaliadas na localidade onde mora.



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3 - Características Piores Avaliadas na localidade onde mora.



Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa revelou que a maioria dos permissionários (79,6%) gosta de onde mora. Os outros itens melhores avaliados dizem respeito às características do imóvel ocupado, como o conforto por ele proporcionado e o quanto atende às necessidades do morador. Deve-se ressaltar que, o imóvel possuir características que atendam às necessidades do indivíduo e o conforto por ele proporcionado, é consequência, em sua maioria, de intervenções feitas pelos próprios permissionários nos PNRs, conforme relatado à pesquisadora por alguns respondentes. Essa constatação também pode ser feita observando as casas do bairro Ecologia e UFRRJ. Percebe-se, pela descaracterização da arquitetura original, que parte destes imóveis, principalmente os imóveis destinados aos servidores de Nível Médio e Apoio (PNRs do Tipo E), já sofreu algum tipo de intervenção em sua estrutura, a fim de se adequar às necessidades do morador.

No que diz respeito aos piores avaliados, o acesso a meios de transporte adequados figuraram com a pior avaliação do grupo. De acordo com Fava (2023), o município de Seropédica não possui um Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) o que o impede de receber recursos para este fim, além de não possuir linhas de ônibus municipais. O autor também destaca que a cidade possui um modelo de ordenamento territorial disperso, desordenado e desconectado, que promove a segregação espacial e o isolamento social e desfavorece, principalmente, a população de baixa renda, dificultando seu acesso à cidade.

Em relação aos bairros onde estão localizados os PNRs, na Ecologia não há linhas de ônibus que circulem pelo bairro e também não há transportes alternativos (como vans e kombis). Já dentro do campus universitário, os moradores dos PNRs possuem somente como opções, durante o período letivo, o ônibus circular da UFRRJ, que trafega entre os Institutos em dias e horários específicos e algumas linhas de ônibus intermunicipais que acessam o campus universitário, no entanto o trecho percorrido por esses ônibus é um pequeno trajeto em volta do Pavilhão Central.

Ainda que essa tenha sido a característica pior avaliada pelo grupo e, apesar das problemáticas com mobilidade urbana apontadas, o percentual de avaliações negativas não foi tão expressivo (50,9%) e, analisando a Tabela 3, este aspecto ficou na décima colocação dos itens que quando presentes melhoram a qualidade de vida. Acredita-se que estes resultados se devem ao fato de 83% dos respondentes possuírem veículo automotor e, possivelmente, utilizarem de meios de transporte próprios para se deslocarem tanto pelo município, quanto fora dele.

A segurança pública também é um fator preocupante na cidade, que tem sido alvo de disputas entre grupos milicianos. Em abril de 2024, a cidade foi assunto nas mídias nacionais⁴⁶ após ter sido palco de um tiroteio, em plena luz do dia na região mais movimentada da cidade, que culminou no assassinato de um estudante da UFRRJ. Diante desses dados, verifica-se que os problemas apontados pelos moradores dos PNRs não estão restritos aos bairros onde os mesmos estão localizados e sim, são questões comuns aos habitantes da cidade de Seropédica.

Análise dos resultados do WHOQOL-8

Os 59 entrevistados responderam a todas as perguntas do WHOQOL-8, sendo então considerados aptos para compor o cálculo dos escores da qualidade de vida geral do grupo. Considerando as respostas dos 59 entrevistados, tendo em vista a pontuação obtida na escala Likert em cada questão e em relação ao resultado do somatório dos pontos totais, temos os seguintes dados estatísticos, descritos na Tabela 4, extraída da ferramenta disponibilizada por Pedroso et al. (2010):

Tabela 4 - Estatística descritiva do resultado do WHOQOL-8 aplicado no grupo pesquisado.

QUESTÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	AMPLITUDE
Q1	4,02	0,66	16,34	2	5	3
Q2	3,58	1,00	28,06	1	5	4
Q3	3,47	0,73	20,94	2	5	3
Q4	3,66	0,84	23,03	2	5	3
Q5	3,76	0,86	22,80	1	5	4
Q6	3,76	0,86	22,80	2	5	3
Q7	3,31	0,88	26,50	2	5	3
Q8	3,42	0,97	28,29	1	5	4
TOTAL	20,98	4,52	21,56	12,00	32,00	20,00

Fonte: Adaptado de Pedroso et al. (2010)

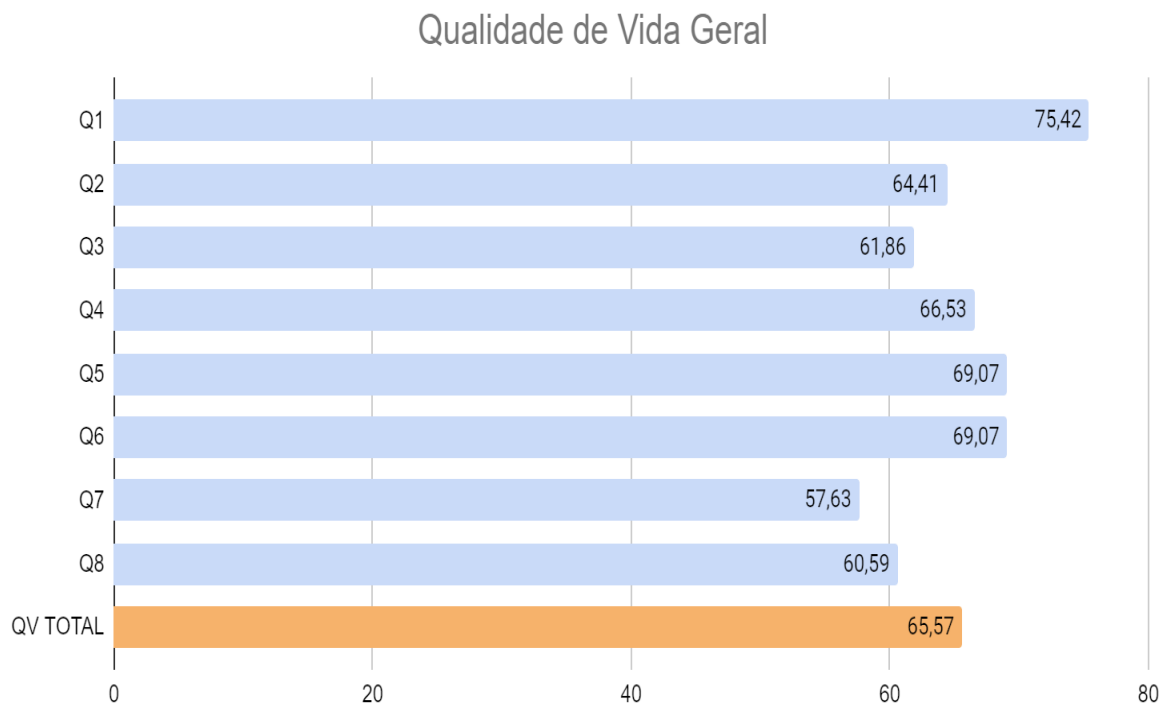
Conforme dados da Tabela 4, a Questão Q1 foi a que teve um padrão de respostas mais homogêneo entre as questões, em contrapartida a Questão Q8 foi a que obteve uma maior variabilidade de respostas em relação à média. Observou-se também que a média da maioria das questões, esteve compreendida entre o intervalo de “3,00” e “3,99”, que de acordo com a escala de Likert, representa um padrão regular de avaliação. O item que se destacou entre os demais, se relacionada ao domínio qualidade de vida, com média de 4,02, representando assim uma boa avaliação.

No que diz respeito aos escores obtidos em cada questão, que vai de 0 a 100, observa-se no Gráfico 4 que a questão na qual o respondente auto-avalia sua qualidade de vida (Q1) é a que mais se destaca (75,42 pontos). O aspecto com menor pontuação se refere à quantidade

⁴⁶ Notícia divulgada no site: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/08/tiroteio-deixa-dois-mortos-no-centro-de-seropedica.ghtml>

de dinheiro para satisfação das necessidades pessoais (Q7). A percepção de Qualidade de Vida Geral do grupo obteve como escores 65,57 pontos.

Gráfico 4 - Avaliação da Qualidade de Vida do grupo pelo WHOQOL-8.



Fonte: Adaptado de Pedroso et al. (2010)

Além da análise do grupo como um todo, foram feitas análises no WHOQOL-8, correlacionando diferentes características identificadas no grupo como: renda, gênero, faixa etária e bairro. No resultado dessas análises não foram identificadas discrepâncias significativas em relação ao resultado obtido com a qualidade de vida geral do grupo.

Uma vez que este estudo investiga a qualidade de vida de servidores da UFRRJ moradores de PNRs, foram feitas associações entre as respostas obtidas no WHOQOL-8 nas perguntas Q1 (*Como você avaliaria a sua qualidade de vida?*) e Q8 (*Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?*) com outras questões do questionário que dizem respeito à satisfação com a localidade onde habita, a fim de descobrir quão satisfeito está o servidor com o local onde mora e o quanto isso impacta na sua qualidade de vida.

Na correspondência entre a auto-avaliação de qualidade de vida e a satisfação do entrevistado com as condições do local onde mora (Tabela 5) foi possível observar que das 49 pessoas (83,05%) que avaliaram como tendo uma qualidade de vida “Boa” ou “Muito Boa”, 32 delas (65,30%) estão satisfeitas ou muito satisfeitas com as condições do local onde mora. Em relação às avaliações negativas, somente 1 respondente avaliou sua qualidade de vida como “Ruim”, estando este insatisfeito com o local onde mora.

Tabela 5 - Relação entre: Auto-avaliação da Qualidade de Vida X Satisfação com o local onde mora.

Como você avaliaria a sua qualidade de vida?	Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?					TOTAL
	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem insatisfeito nem satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Muito ruim						
Ruim		1				1
Nem ruim nem boa	1	4	3	1		9
Boa	1	4	10	22		37
Muito boa			2	5	5	12
TOTAL	2	9	15	28	5	59

Fonte: Elaborado pela autora.

Partiu-se então para a análise da relação entre a auto-avaliação de qualidade de vida (Q1 - *Como você avaliaria a sua qualidade de vida?*) com as respostas dadas na pergunta “*Após vir morar no PNR da UFRRJ, considerando os últimos cinco anos, a sua qualidade de vida.*” (Tabela 6).

Ao estabelecer essa correlação, verificou-se que 77,55% dos entrevistados que avaliaram sua qualidade de vida como “Boa” ou “Muito boa”, consideraram que após vir morar no PNR sua qualidade de vida “Melhorou um pouco” ou “Melhorou muito”. 1 respondente, que avaliou a qualidade de vida como “Ruim”, considerou que “Piorou muito” sua qualidade de vida após morar no PNR. Outros 4 respondentes consideraram que sua qualidade de vida piorou após morar no PNR, 50% destes avaliaram sua qualidade de vida como “Nem ruim, nem boa” e os outros 50% avaliam como boa a sua qualidade de vida.

Tabela 6 - Relação entre: Avaliação da Qualidade de Vida X Melhora na Qualidade de Vida nos últimos 5 anos.

Como você avaliaria a sua qualidade de vida?	Após vir morar no PNR da UFRRJ, considerando os últimos cinco anos, a sua qualidade de vida:					TOTAL
	Piorou muito	Piorou um pouco	Ficou estável	Melhorou um pouco	Melhorou muito	
Muito ruim						
Ruim	1					1
Nem ruim nem boa	1	1	2	4	1	9
Boa	1	1	8	13	14	37
Muito boa			1	1	10	12
TOTAL	3	2	11	18	25	59

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi estabelecida a correspondência também entre a satisfação do entrevistado com as condições do local onde mora (Q8 - *Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?*) com a pergunta “O quanto você gosta de onde você mora?” (Tabela 7). Verificou-se que das 47 pessoas que gostam “Bastante” ou “Extremamente” do local onde moram, 65,96% (31) estão “Satisfeito” ou “Muito satisfeito” com as condições do local onde mora. Já em relação aos que gostam “Nada” ou “Muito pouco” do local onde mora, foram contabilizados 3 respondentes, que informaram estar “Insatisfeitos” com a condição do local onde mora. Foi observado também que 16,67% (5) dos entrevistados, apesar de gostarem “Bastante” do local onde mora, estão “Muito insatisfeito” ou “Insatisfeito” com as condições do local.

Tabela 7 - Relação entre: O quanto gosta de onde mora X Satisfação com as condições do local onde mora.

O quanto você gosta de onde você mora?	Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?					TOTAL
	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem insatisfeito nem satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Nada						
Muito pouco		3				3
Mais ou menos	1	2	4	2		9
Bastante	1	4	9	15	1	30
Extremamente			2	11	4	17
TOTAL	2	9	15	28	5	59

Fonte: Elaborado pela autora.

Correlacionando essas quatro variáveis analisadas, temos a situação descrita na Figura 19:

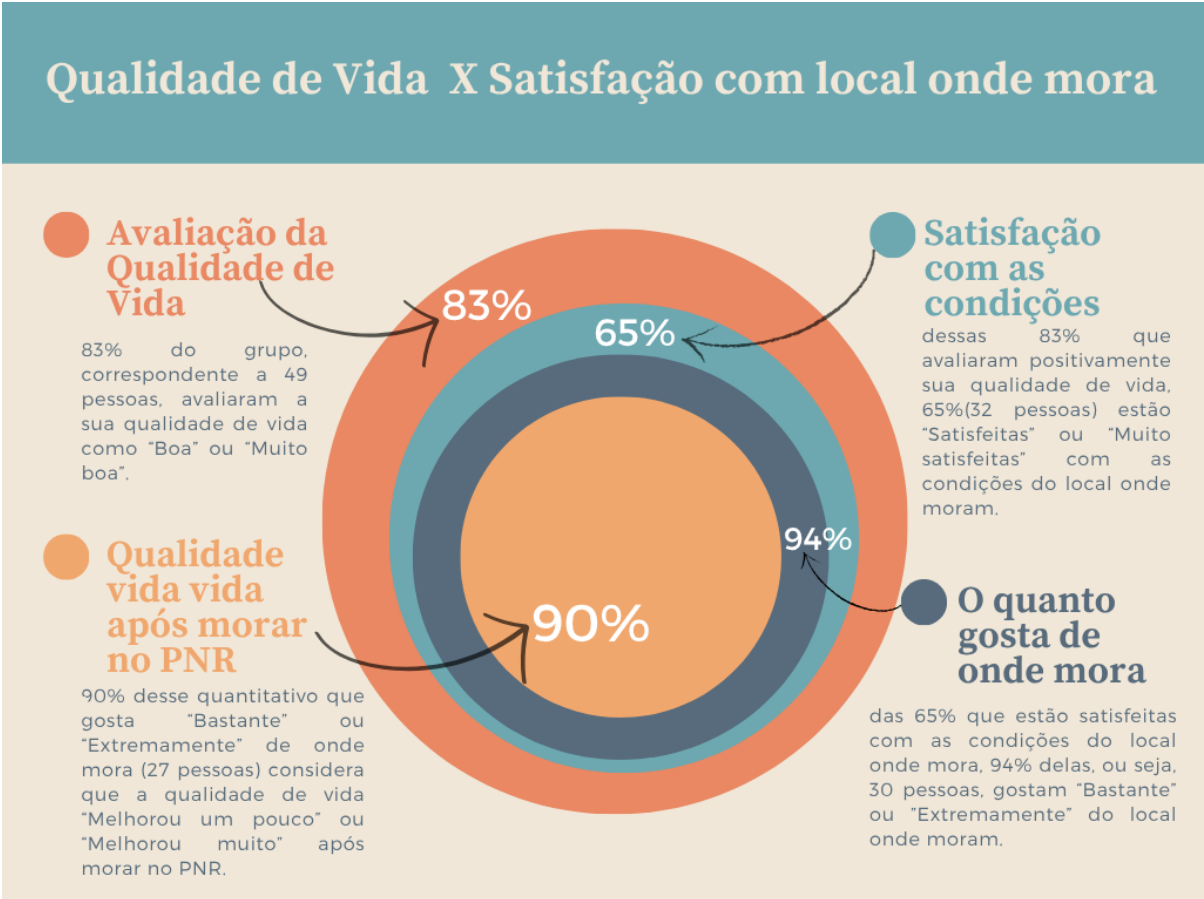
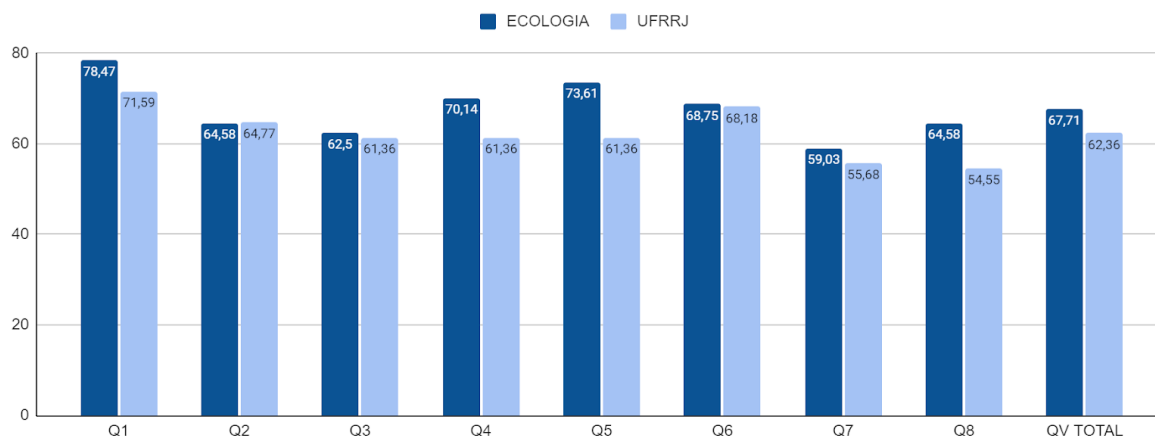


Figura 22 - Correlação entre: Qualidade de Vida X Satisfação com o local onde mora.
Fonte: Elaborado pela autora.

Ao verificar o bairro em que moram essas 27 pessoas (correspondente a 45,76% do total de respondentes) que consideram que houve uma melhora na sua qualidade de vida após morar no PNR e a avaliam como “Boa” ou “Muito boa” e estão “Satisfeitas” ou “Muito satisfeitas” com as condições do local onde moram além de gostar “Bastante” ou “Extremamente” de onde vivem, observou-se que 66,66% delas (18/27) são moradoras do bairro Ecologia, 29,6% (8/27) moram no bairro UFRRJ e 3,7% (1/27) moram no PNR situado no KM 49.

Considerando a distribuição dos 59 respondentes entre os bairros em que moram (61% Ecologia; 37% UFRRJ; 2% Km 49), observa-se uma ligeira vantagem para o bairro Ecologia. Essa vantagem também pôde ser observada na análise dos resultados obtidos no WHOQOL-8 ao comparar os bairros Ecologia e UFRRJ. Na questão referente à satisfação com o local onde mora (Q8) os moradores do bairro Ecologia se mostraram mais satisfeitos do que os moradores do bairro UFRRJ. Com exceção da questão Q2 (Quão satisfeito você está com a sua saúde?), o bairro Ecologia apresentou resultados melhores que o UFRRJ. Não foi feita a correspondência com o bairro Km 49, pois somente um morador participou da pesquisa.

Gráfico 5 - Avaliação da Qualidade de Vida por Bairro pelo WHOQOL-8.



Fonte: Elaborado pela autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado e dos dados coletados foi possível compreender o papel da habitação na qualidade de vida do indivíduo e como os imóveis funcionais da UFRRJ podem contribuir na melhora da qualidade de vida do servidor. Foram identificados os fatores que mais têm influenciado na decisão do servidor a morar em um Próprio Nacional Residencial, bem como descobrir o quanto morar nessas residências impacta na qualidade de vida do permissionário.

O tamanho da amostra foi inferior à esperada, visto que, buscava-se atingir pelo menos 30% da quantidade total de PNRs da UFRRJ. A baixa adesão à pesquisa pode estar relacionada ao curto tempo de aplicação do questionário e da divulgação ter se limitado a grupos do WhatsApp. No entanto, ainda que se tenha obtido um valor pouco expressivo de participantes, as respostas coletadas apresentaram um bom padrão de homogeneidade.

A utilização do WHOQOL-8 para avaliação da qualidade de vida do grupo não se mostrou muito relevante no atendimento ao objetivo desta pesquisa, uma vez que não foram encontradas outras pesquisas sobre qualidade de vida utilizando o mesmo instrumento, com grupos que tivessem características semelhantes (moradores de imóveis funcionais/vilas operárias), o que possibilitaria uma comparação entre os resultados encontrados. Em todo caso, os resultados obtidos poderão ser utilizados em futuras pesquisas longitudinais com o mesmo grupo, ou ainda, nortear a realização de outros estudos.

Ainda que tenha se mostrado pouco relevante, a partir dos resultados obtidos no WHOQOL-8, puderam-se fazer algumas correlações entre qualidade de vida e satisfação com o local onde mora. Além disso, pôde-se verificar que os moradores do bairro Ecologia avaliaram estar mais satisfeitos com o local onde moram do que os moradores do bairro UFRRJ.

No período em que o questionário estava sendo aplicado, alguns respondentes entraram em contato via *WhatsApp* com a pesquisadora, a fim de apontar que sentiram falta de perguntas relacionadas à necessidade de reformas no PNR, visto que, devido ao estado de conservação em que alguns PNRs se encontram no momento em que são distribuídos, é

preciso realizar obras, custeadas pelos próprios permissionários, para que estes fiquem em condições de habitabilidade assim como, para atender às necessidades de seus moradores. Ainda que a pesquisa não tenha abordado esse assunto relevante com profundidade, pelo fato do servidor estar disposto a realizar obras dispendiosas em um bem público, pode-se inferir que este, quando optou por morar no PNR, teve alguma percepção de que essa decisão poderia trazer uma melhoria em algum aspecto da sua vida.

De fato, a falta de perguntas relacionadas ao estado de conservação do PNR antes do servidor habitar o imóvel e como este se encontra hoje, deixou uma lacuna na interpretação de alguns dados. A maioria dos moradores relatou que gosta de onde mora e também acha a casa confortável e que esta atende às suas necessidades, mas estas avaliações possivelmente só foram positivas porque o morador investiu em obras para reforma deste PNR.

Ressalta-se que a Instituição não possui, até o momento, um plano de conservação preventiva desses imóveis residenciais, o que resulta em PNRs em estado de conservação bem precários, que acabam não gerando interesse por ocupantes, visto que as despesas com reformas seriam de responsabilidade do permissionário, ficando assim abandonados e sujeitos a invasões, trazendo insegurança para os moradores do entorno.

A presente pesquisa concluiu que, ainda que os PNRs careçam de manutenção e conservação por parte do órgão que os administram, e que as localidades onde estes estão inseridos apresentem problemas relacionados à mobilidade urbana, à segurança pública e à qualidade dos serviços prestados de fornecimento de energia e de abastecimento de água. Os moradores, em sua maioria, gostam de onde moram e avaliam como sendo “Boa” ou “Muito Boa” a sua qualidade de vida, dando destaque para a tranquilidade do local, o contato com a natureza que ele propicia, as características do imóvel habitado e, principalmente, a proximidade com o local de trabalho. Esses fatores, ao promover a qualidade de vida dos servidores, podem refletir em benefícios tanto para o indivíduo quanto para a Instituição e contribuir com a retenção de servidores na Universidade.

Entretanto, mesmo que possa ser compreendida como uma política de permanência no órgão, a oferta destes imóveis funcionais residenciais acaba não sendo muito eficaz para esse fim, visto que o número de PNRs disponíveis para usufruto dos servidores é muito aquém da quantidade de servidores ativos na UFRRJ, que possui atualmente 2.440 servidores.

Há de se levar em consideração também que, com as recentes mudanças na forma de trabalho – resultante da adesão da UFRRJ ao Programa de Gestão de Desempenho do Governo Federal – houve a possibilidade do servidor executar suas atribuições de forma completa ou parcialmente remota, evitando assim o seu deslocamento diário para o local de trabalho, principal fator atrativo para o interesse em morar no PNR, conforme apontado por esse estudo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)**, Agenda 21 (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: < <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html> >. Acesso em: 08 jun. 2024.

ALMEIDA, M. A. B., GUTIERREZ, G. L., & MARQUES, R. (2012). **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: EACH, 27. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf>

ARAUJO, Regina Célia Lopes. **A universidade no contexto urbano: as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica**. 318 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BARRETO P, LOPES CS, SILVEIRA IH, FAERSTEIN E, JUNGER W. **Morar perto de áreas verdes é benéfico para a saúde mental?** Resultados do Estudo Pró-Saúde. Rev Saude Publica. 2019;53:75.

BERGAN, Kurt. **Casa Saudável: um estudo sobre os sentidos da moradia**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/FAU/PROARQ, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL (1943) **Decreto-Lei nº 6.155, de 30 de dezembro de 1943**. Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6155-30-dezembro-1943-416361-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____.(1946) **Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.html

_____.(1967) **Decreto-lei nº 391 de 30 de dezembro de 1967**. Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - criada pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, para a liquidação pela CODEBRÁS de empréstimo por ela contraído com o Banco Nacional da Habitação. Cria o Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília - GEMUD, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0391.htm

_____.(1993) **Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993**. Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D980compilado.htm

BONATES, Mariana Fialho. **Militares no home front: Projetos urbanos e arquitetônicos das áreas residenciais militares brasileiras no segundo pós-guerra**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART

– São Paulo. Livraria Editora Ltda., 1972.

CORREIA, Telma. de Barros. **A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953)**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 22, n. 1, p. 161–198, 2014..

ELALI, Gleice Azambuja; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Habitat Saudável: o lugar do ambiente construído na promoção da saúde-percursos da Arquitetura, do Urbanismo, do Design e da Engenharia durante e após pandemia**. Gestão & Tecnologia de Projetos, v. 16, n. 4, p. 3-12, 2021.

FAVA, Julio Cesar. **Mobilidade urbana e acessibilidade ao campus da UFRRJ no município Seropédica**. 2023. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

FELIPPE, Máira Longhinotti et al. **Moradia: um habitat saudável para a pandemia?** Gestão & Tecnologia de Projetos, v. 16, n. 4, p. 101-116, 2021.

FLECK, MPA et al. 1999. **Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)**. Revista Brasileira de Psiquiatria 21(1):19-28.

GUERRA, Paula. **A cidade na encruzilhada do urbano : elementos para uma abordagem de um objeto complexo**. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [S. l.], v. 13, 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2476>. Acesso em: 20 jun. 2024.

HERCULANO, Selene C. et al. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Ambiente e Sociedade, v. 1, n. 2, p. 77-99, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Brasil). Observatório das Metrôpoles. IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano. *In: Índice de Bem-Estar Urbano*. [S. l.]: IPPUR/UFRRJ, 2016. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em: 15 maio 2024.

KRAN, Faída; FERREIRA, Frederico Poley Martins. **Qualidade de vida na cidade de Palmas-TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos**. Ambiente & Sociedade, v. 9, p. 123-141, 2006.

LIMA CARLOS, CSA et al. **O habitar no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**. Simpósio Científico - Icomos - 2018. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018. v. 1. p. 1359-1379.

MARICATO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, v. 17, p. 151-166, 2003.

MENDONÇA, Jupira Gomes. **Planejamento e medição da qualidade de vida urbana**. Cadernos metrópole, n. 15, 2006

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Qualidade de vida e saúde como valor existencial**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 1868-1868, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & saúde coletiva, v. 5, p. 7-18, 2000.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos MCidades, v 1. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília, 2004.

MUELLER, Gabriela Pazzini. **Apartamentos funcionais em Brasília: os blocos residenciais militares**. 2019.

NAHAS, M.I.P. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Programa de Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar / Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2002. p. 373

NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. **The Quality of Life**. Clariton Paperbacks, 1993.

PAZIANELLI, Andreza. **As Casas da Ecologia: Análise das tipologias das edificações residenciais no bairro Ecologia do campus da UFRRJ**. Caderno de Resumos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Porto, Portugal: Editora Cravo, 2021.

PEDROSO, B. et al. **Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel**. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, v. 2, n. 1, p. 31-36, jan./jun. 2010.

PEDROSO, Bruno. **Possibilidades e limites da avaliação da qualidade de vida: análise dos instrumentos WHOQOL e modelos clássicos de qualidade de vida no trabalho**. 2013. 154 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PEDROSO, Bruno; FERREIRA, Bruna Maria Palotino. **Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-8 por meio do Microsoft Excel**. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, v. 7, n. 2, 2015.

PEREIRA, Marco et al. **Estudos psicométricos da versão em Português Europeu do índice de qualidade de vida EUROHIS-QOL-8**. Laboratório de Psicologia, v. 9, p. 109-123, 2011.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação**. Revista brasileira de educação física e esporte, v. 26, p. 241-250, 2012.

PIRES, Ane Caroline de Toledo. **Aplicação e Avaliação das propriedades psicométricas do índice EUROHIS-QOL 8-ITEM em uma amostra brasileira**. Orientador: Prof. Dr. Neusa Sica da Rocha. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Ciências do Comportamento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

POWER, M. J. **Development of a common instrument for quality of life**. In: NOSIKOV, A.; GUDEX, A. (Org.). EUROHIS: developing common instruments for health surveys. Amsterdam: IOS Press, 2003. p. 145-163.

PORTAL UFRRJ. Disponível em: < <https://servicos.ufrrj.br/pnr/tipos-de-pnr> > Acesso em: 10 abril 2024.

ROMERO, Samuel Salvi et al. **Validade e confiabilidade do EUROHIS-QOL 8-item para avaliar a qualidade de vida em adultos brasileiros.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, p. e00200921, 2022.

SALES, Aline et al. **Felicidade interna bruta: aplicação e discussão no contexto de cidades de porte médio brasileiras.** *Revista Cade*, v. 12, n. 1, 2013.

THE WHOQOL GROUP. **WHOQOL user manual.** Geneva: World Health Organization, 1998.

VIANNA, Marcio Albuquerque. **As transformações no espaço rural no município de Seropédica-RJ nas últimas décadas.** Espaço e Economia, 2020.

VIANNA, M. A., VILLELA, L. E. e VIDAL, M. **Desterritorialização e articulação entre atores locais: o caso dos conselhos municipais de segurança alimentar e desenvolvimento rural de Seropédica-RJ.** In: *Anais do XVI ENANPUR*, 2015.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PERMISSIONÁRIOS DE PNRs DA UFRRJ

28/03/2025, 10:12

Qualidade de vida nos imóveis funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Uma análise utilizando o instrum...

Qualidade de vida nos imóveis funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Uma análise utilizando o instrumento WHOQOL-8.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "**Qualidade de vida nos imóveis funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Uma análise utilizando o instrumento WHOQOL-8.**" desenvolvida por Isabela Dias Ferreira, discente do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação do Professor Dr. Tiago Badre Marino.

O objetivo central do estudo é analisar a percepção dos permissionários dos imóveis funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizados na cidade de Seropédica/RJ, sobre a Qualidade de Vida no local onde residem. Para se chegar ao objetivo será aplicado um questionário com a finalidade de identificar: os motivos mais relevantes que fizeram o servidor optar por morar no Próprio Nacional Residencial da UFRRJ; quais os fatores que mais influenciam na melhora da sua qualidade de vida; como são avaliados alguns aspectos na localidade onde os PNRs estão localizados e por fim será avaliada a qualidade de vida do respondente utilizando o instrumento de avaliação de qualidade de vida geral WHOQOL-8 (EUROHIS-QOL 8-item) desenvolvido pelo grupo WHOQOL (World Health Organization Quality of Life) da Organização Mundial da Saúde, a partir dos instrumentos genéricos WHOQOL-100 e WHOQOL-BREF. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ sob Parecer N. 7.135.265.

Para participar da pesquisa você deverá responder a um questionário eletrônico de auto-preenchimento com perguntas que visam medir o nível de satisfação, incluindo vários aspectos como saúde, equilíbrio entre trabalho e vida privada, educação, tempo livre, segurança e, em geral, bem-estar no ambiente em que habita. Não haverá benefícios diretos aos participantes, mas a pesquisa possibilitará a identificação de fatores presentes, tanto nas unidades habitacionais, quanto na localidade onde elas estão situadas, que comprometem a qualidade de vida do permissionário. A identificação destes fatores poderá servir como subsídio para uma futura intervenção da Instituição em melhorias no ambiente. O tempo estimado para a conclusão do questionário é de, aproximadamente, 15 minutos, em dia e horário escolhidos por você, conforme sua conveniência.

Os riscos desta pesquisa são considerados mínimos, equivalentes àqueles encontrados na vida cotidiana, e envolvem cansaço ao responder o questionário, constrangimento ao se confrontar com alguma questão sensível ou que exponha alguma fragilidade sua. Para minimizar os riscos serão tomadas as seguintes providências: você poderá interromper sua participação momentaneamente e retomá-la posteriormente, se assim o

desejar, ou abandonar a pesquisa sem qualquer prejuízo. Além disso, os questionários são anônimos e os dados serão tratados de forma agregada, não permitindo a sua identificação individual. Ainda assim, caso algum constrangimento ou desconforto ocorra, você deverá contatar a pesquisadora pelo e-mail informado no final deste documento para que a providência adequada seja tomada.

Você poderá obter informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa a qualquer momento que desejar, por meio do contato com a pesquisadora responsável. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você também não terá nenhum custo extra para participar deste estudo, por se tratar de participação remota e realizada a partir de meios já disponíveis a você. Você não será identificado neste estudo e poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso venha a lhe causar qualquer constrangimento ou prejuízo. Seu e-mail será registrado ao responder o questionário para que cada pessoa responda apenas uma vez, mas ele não será utilizado na análise das respostas e não será visto por mais ninguém além da pesquisadora, sendo garantido o seu sigilo e privacidade.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando ela for finalizada. Ao aceitar participar da pesquisa, é muito importante que você clique no link abaixo e salve uma cópia deste termo com você. Caso prefira, também pode enviar uma mensagem para a pesquisadora solicitando uma cópia por e-mail.

Contato da pesquisadora responsável:

Nome: Isabela Dias Ferreira

Endereço: Instituto de Geociências, UFRRJ, BR 465, KM 7, s/nº

CEP: 23897-000 / Seropédica – RJ

E-mail: isad_f@ufrj.br

Para baixar o TCLE, clique neste

link: <https://docs.google.com/document/d/1JN5RlgQzQNCGr0z7cOL4TuaHyIQ9mixOICDIINC9h4Y/edit?usp=sharing>

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você confirma a * participação nessa pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

- Li e concordo em participar da pesquisa.
- Li e não tenho interesse em participar dessa pesquisa.

Esse bloco de perguntas tem a finalidade de conhecer o perfil do entrevistado e sobre o Próprio Nacional Residencial (PNR) ocupado.

Atenção! Esse questionário destina-se a servidores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que residem em um PNR da Instituição.

3. Pertence a qual carreira na UFRRJ? *

Marcar apenas uma oval.

- Técnico Administrativo
- Professor do Magistério Superior
- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

4. Qual o seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

5. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- 20 a 30 anos
- 30 a 40 anos
- 40 a 50 anos
- Mais de 50 anos
- Prefiro não responder

6. Qual seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro(a)
- Casado(a)/União Estável
- Divorciado(a)/Separado(a)
- Viúvo(a)
- Prefiro não responder

7. Qual é o seu grau de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Especialização/Mestrado/Doutorado incompleto ou completo
- Prefiro não responder

8. Quanto é a renda familiar mensal? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1 salário-mínimo
- De 1 a 5 salários-mínimos
- De 5 a 10 salários-mínimos
- De 10 a 15 salários-mínimos
- Mais de 15 salários-mínimos
- Prefiro não responder

9. Possui veículo automotor (carro/moto)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

10. Em que ano começou a morar no PNR da UFRRJ? *

11. Em qual Cidade/Estado você morava antes de vir morar num PNR? *

12. Antes de vir morar no PNR, qual era o tipo de imóvel que você residia? *

Marcar apenas uma oval.

- Imóvel próprio quitado
- Imóvel próprio financiado
- Imóvel alugado
- Residia com parentes/amigos
- Prefiro não responder

13. Qual o tipo de PNR ocupado? *

Marcar apenas uma oval.

- PNR Funcional Tipo E (caracterizam-se por casas geminadas ou menores que 71 m² de área construída)
- PNR Funcional Tipo D (possuem entre 71m² e 129m² de área construída)
- PNR Funcional Tipo C (possuem entre 130m² e 169m² de área construída)
- PNR Funcional Tipo B (possuem mais de 170m² de área construída)
- PNR Oficial ou PNR de Representação (disponibilizados para os titulares de Cargos de Direção (CD2 a CD4)/destinados para Reitoria e Vice-Reitoria da UFRRJ)
- Não sei dizer/Prefiro não responder

14. Em que bairro está localizado o imóvel ocupado? *

Marcar apenas uma oval.

- UFRRJ
- Ecologia
- Incra
- KM 49
- Prefiro não responder

15. Quantas pessoas moram no PNR contando com você? *

Marcar apenas uma oval.

- Moro sozinho(a)
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- mais de 4 pessoas
- Prefiro não responder

A seguir estão relacionados alguns fatores que podem ter influenciado na sua escolha por vir morar no PNR da UFRRJ.

Dentre os fatores abaixo, informe qual o grau de importância que cada um teve na sua decisão.

16. Proximidade com o trabalho *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

17. Gastos com transporte/combustível no deslocamento casa-trabalho *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

18. Gastos com moradia (valor gasto com aluguel/financiamento/condomínio) *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

19. Tempo de deslocamento casa-trabalho *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

20. Bairro onde o PNR está localizado *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

21. Tamanho do PNR (área construída e quintal) *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

22. Estado de conservação do PNR *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

23. Valor cobrado de taxa de ocupação do PNR *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

24. Segurança do local onde está situado o PNR *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

25. Infraestrutura da cidade de Seropédica *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

26. Custo de vida na cidade de Seropédica *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
- Pouco relevante
- Relevante
- Muito relevante

27. Tempo livre para se dedicar a atividades de interesse pessoal *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

28. Tempo livre para o lazer *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

29. Tempo livre para passar com a família *

Marcar apenas uma oval.

- Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Muito relevante

30. Existe algum outro fator que tenha sido determinante para a sua decisão de morar no PNR que não tenha sido citado acima? Se sim, qual?

Pular para a pergunta 31

Esta seção visa identificar os fatores que impactam na sua qualidade de vida e compreender como você percebe a qualidade de vida no local onde reside.

Ao responder as perguntas, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações.

31. Dentre os fatores abaixo, quais você considera que devem estar presentes na *
localidade onde habita para que você tenha uma percepção de melhor
qualidade de vida? (marque até 10 opções)

Marque todas que se aplicam.

- Consciência do coletivo e responsabilidades compartilhadas.
- Acesso à educação de qualidade, com vagas em creches e escolas próximas à minha moradia.
- Proximidade a cinemas, teatros, museus e centros culturais.
- Proximidade a parques, praças, clubes e opções de lazer ao ar livre.
- Espaços públicos bem conservados.
- Proximidade a comércios como: lojas, farmácias, supermercados, bancos, etc.
- Oportunidades de cursos profissionalizantes próximos à minha residência.
- Ampla inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede escolar e espaços públicos adaptados.
- Proximidade a hospitais, postos de saúde, clínicas médicas e odontológicas e serviços de emergência.
- Ampla oferta de meios de transporte públicos.
- Disponibilidade de academias de ginástica, centros esportivos, quadras poliesportivas e ciclovias.
- Respeito à diversidade e convivência pacífica entre diferentes culturas e opções de vida.
- Moradia com espaço para atender as necessidades.
- Existência de áreas verdes que permitam o contato com a natureza.
- Ampla oferta de bares e restaurantes.
- Serviços de luz, água e internet de qualidade para sua residência.
- Serviços públicos presentes (coleta de lixo, coleta seletiva, limpeza das áreas públicas, iluminação das ruas).
- Segurança pública presente.
- Pleno funcionamento do sistema de garantias de direitos (conselho tutelar, varas da infância, etc.)
- Outro: _____

32. Você acha que vive em um ambiente seguro? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

33. Quão confortável é o imóvel onde você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

34. Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição) ? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

35. Quão facilmente você tem acesso a bons cuidados médicos? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

36. Quão facilmente você tem acesso a boas instituições de ensino (escolas, creches, cursos profissionalizantes, faculdades) ? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

37. Em que medida você tem oportunidades de atividades de lazer? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

38. Em que medida você tem oferta e qualidade nos serviços de luz, água e internet? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

39. Em que medida você tem meios de transporte adequados? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

40. Em que medida as características de imóvel ocupado correspondem às suas necessidades? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

41. O quanto você gosta de onde você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Mais ou menos
- Bastante
- Extremamente

42. Qual o fator, presente na localidade onde reside, que mais impacta *
POSITIVAMENTE na sua qualidade de vida?

43. Qual o fator, presente na localidade onde reside, que mais impacta *
NEGATIVAMENTE na sua qualidade de vida?

44. Após vir morar no PNR da UFRRJ, considerando os últimos cinco anos, a sua ^{*} qualidade de vida:

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
- Melhorou um pouco
- Ficou estável
- Piorou um pouco
- Piorou muito
- Prefiro não responder

Avaliação da Qualidade de Vida

Nesse bloco utilizaremos, para avaliação da sua qualidade de vida, o instrumento WHOQOL-8. Construído com base nos instrumentos de avaliação de qualidade de vida global da Organização Mundial da Saúde, WHOQOL-100 e WHOQOL-BREF, o WHOQOL-8 é um questionário composto por oito questões, sendo duas questões gerais, pertencentes à faceta

Qualidade de vida global e percepção geral da saúde, duas questões do domínio Psicológico, uma questão do domínio Relações sociais e duas questões do domínio Meio-ambiente.

Por favor, responda a todas as questões. Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada. Ao selecionar as opções que você considera as mais relevantes, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações.

45. Como você avaliaria sua qualidade de vida? ^{*}

Marcar apenas uma oval.

- Muito ruim
- Ruim
- Nem ruim nem boa
- Boa
- Muito boa

46. Quanto satisfeito(a) você está com a sua saúde? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem insatisfeito nem satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

47. Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Médio
- Muito
- Completamente

48. Quanto satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem insatisfeito nem satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

49. Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem insatisfeito nem satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

50. Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem insatisfeito nem satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

51. Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada
- Muito pouco
- Médio
- Muito
- Completamente

52. Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem insatisfeito nem satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

Chegamos ao fim. Agradecemos por responder a nossa pesquisa!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Qualidade de vida nos imóveis funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Uma análise utilizando o instrumento WHOQOL-8.**” desenvolvida por Isabela Dias Ferreira, discente do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, sob a orientação do Professor Dr. Tiago Badre Marino.

O objetivo central do estudo é analisar a percepção dos permissionários dos imóveis funcionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizados na cidade de Seropédica/RJ, sobre a Qualidade de Vida no local onde residem. Para se chegar ao objetivo será aplicado um questionário com a finalidade de identificar: os motivos mais relevantes que fizeram o servidor optar por morar no Próprio Nacional Residencial da UFRRJ; quais os fatores que mais influenciam na melhora da sua qualidade de vida; como são avaliados alguns aspectos na localidade onde os PNRs estão localizados e por fim será avaliada a qualidade de vida do respondente utilizando o instrumento de avaliação de qualidade de vida geral WHOQOL-8 (EUROHIS-QOL 8-item) desenvolvido pelo grupo WHOQOL (World Health Organization Quality of Life) da Organização Mundial da Saúde, a partir dos instrumentos genéricos WHOQOL-100 e WHOQOL-BREF. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ sob Parecer N. 7.135.265.

Para participar da pesquisa você deverá responder a um questionário eletrônico de autopreenchimento com perguntas que visam medir o nível de satisfação, incluindo vários aspectos como saúde, equilíbrio entre trabalho e vida privada, educação, tempo livre, segurança e, em geral, bem-estar no ambiente em que habita. Não haverá benefícios diretos aos participantes, mas a pesquisa possibilitará a identificação de fatores presentes, tanto nas unidades habitacionais, quanto na localidade onde elas estão situadas, que comprometem a qualidade de vida do permissionário. A identificação destes fatores poderá servir como subsídio para uma futura intervenção da Instituição em melhorias no ambiente. O tempo estimado para a conclusão do questionário é de, aproximadamente, 15 minutos, em dia e horário escolhidos por você, conforme sua conveniência.

Os riscos desta pesquisa são considerados mínimos, equivalentes àqueles encontrados na vida cotidiana, e envolvem cansaço ao responder o questionário, constrangimento ao se confrontar com alguma questão sensível ou que exponha alguma fragilidade sua. Para minimizar os riscos serão tomadas as seguintes providências: você poderá interromper sua participação momentaneamente e retomá-la posteriormente, se assim o desejar, ou abandonar a pesquisa sem qualquer prejuízo. Além disso, os questionários são anônimos e os dados serão tratados de forma agregada, não permitindo a sua identificação individual. Ainda assim, caso algum constrangimento ou desconforto ocorra, você deverá contatar a pesquisadora pelo e-mail informado no final deste documento para que a providência adequada seja tomada.

Você poderá obter informações relacionadas à sua participação nesta pesquisa a qualquer momento que desejar, por meio do contato com a pesquisadora responsável. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você também não terá nenhum custo extra para participar deste estudo, por se tratar de participação

remota e realizada a partir de meios já disponíveis a você. Você não será identificado neste estudo e poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso venha a lhe causar qualquer constrangimento ou prejuízo. Seu e-mail será registrado ao responder o questionário para que cada pessoa responda apenas uma vez, mas ele não será utilizado na análise das respostas e não será visto por mais ninguém além da pesquisadora, sendo garantido o seu sigilo e privacidade.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando ela for finalizada. Ao aceitar participar da pesquisa, é muito importante que você clique no link abaixo e salve uma cópia deste termo com você. Caso prefira, também pode enviar uma mensagem para a pesquisadora solicitando uma cópia por e-mail.

Contato da pesquisadora responsável:

Nome: Isabela Dias Ferreira

Endereço: Instituto de Geociências, UFRRJ, BR 465, KM 7, s/nº

CEP: 23897-000 / Seropédica – RJ

E-mail: isad_f@ufrj.br

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Seropédica, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora